

ACTA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 05/03/2007

Iniciada às 15H00 e encerrada às 19H30

Aprovada em 19/03/2007 e publicitada através do Edital n.º 137/2007

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Intervenção do Senhor Presidente.

Intervenção dos Senhores Vereadores.

ORDEM DO DIA

- I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS**
 - 1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 19 de Fevereiro de 2007
- II - FINANCEIRO**
 - 1. Situação Financeira
 - 2. Eleição do Presidente da República 22 de Janeiro 2006 – comparticipação de despesas
 - 3. Concurso Público 1/2007 – vigilância e segurança de instalações municipais - ratificação
 - 4. Ajuste directo nº 18/2006 – aquisição de serviço de transporte para associações concelhias
 - 5. Ajuste directo nº 20/2006 - aquisição de serviço de transporte para ACAPO
- III- ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO**
 - 1. Projectos co-financiados – situação em 31/12/2006 (conhecimento)
- IV- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E POLITICA EMPRESARIAL**
 - 1. Expedição Humanitária 2007 - Coimbra / Bissau – concerto de beneficência – apoio - ratificação
- V- APOIO JURIDICO**
 - 1. Lote 1 Parque Industrial de Taveiro – construção de edificação para instalação de unidade industrial
- VI - PROTOCOLO E RELAÇÕES EXTERIORES**
 - 1. VI Encontro Internacional de Poetas – apoio
 - 2. Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) – Para uma Sociedade Justa – apoio
 - 3. Fenge 2007 – Feira de Engenharia 2007 – Apoio
- VII- APOIO ÀS FREGUESIAS**
 - 1. Novo Cemitério de Souselas – análise de propostas
- VIII - CENTRO HISTÓRICO**
 - 1. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição:
 - a) Prédio urbano sito na Rua da Louça, nºs 19 a 25 e Rua do Corvo, nºs 40 a 44
 - b) Fracção “B” – R/C dt. do prédio urbano sito na Rua Dr. João Jacinto, nºs 44 a 46

2. Construção do Pavilhão Multifuncional e Balneário Anexo da Escola de Almedina – revisão de preços
- IX - PLANEAMENTO**
1. Mipavi – Sociedade Imobiliária de Construções e Urbanizações, Lda. – Planta Cadastral
- X - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA**
1. Júlio Manuel Simões dos Santos – Aditamento/Alterações – Carapinheira da Serra – S. Paulo de Frades – Regtº. 400/2007
 2. Ivone Clara Reis Gonçalves Santos – Licenciamento de projecto de arquitectura – Antuzede – Regtº. 103383/2006
 3. FFFF Cardoso – Empreendimentos Imobiliários, Lda. – Loteamento – Rocha Nova – S. Paulo de Frades – Regtºs. 27/2006/503451, 27/2006/29410, 27/2006/22673 e 27/2006/21527
 4. Carlos Rodrigues Lopes – Loteamento – Mina do Bordalo – Regtº. 503325/2006
 5. Carlos Rodrigues Lopes – Loteamento – Mina do Bordalo – Regtº. 503324/2006
 6. M.J. Silva & Filhos, Lda – Loteamento e Emparcelamento – Rua do Moreno – Regtº. 18614/2006
 7. Enaga, Sociedade de Construções, Lda. – Loteamento – Rua do Açude – Mainça – Regtº. 618/2007
 8. Manuel Tomaz Cerveira, Lda. – Quinta de S. Jerónimo, Lt B, 19 – Santo António dos Olivais – Regtº. 01/571/2007
 9. Proparede – Loteamento do Loreto
- XI- OBRAS E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUNICIPAIS**
1. Junta de Freguesia de Cernache – colocação de sinalização
 2. Junta de Freguesia de S. João do Campo – alteração de trânsito – R. São Domingos e Rua dos Combatentes
 3. Beneficiação e Ampliação da Escola do 1º CEB de Almalaguês – recepção provisória
 4. Expedição Humanitária 2007 Coimbra / Bissau – Concerto de beneficência – apoio
 5. Obras nos Edifícios da Câmara Municipal de Coimbra – Beneficiação das instalações da Divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos – Ponto de situação
- X II- EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA**
1. Plano Nacional de Leitura – proposta de adesão
 2. Coimbra a Saber(A)Mar – 2007
 3. Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e Todos por uma Sociedade Justa – 2007 – apoio
 4. Semana Nacional da Leitura – Feira do livro no agrupamento de Escolas da Pedrulha – apoio
 5. Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro – Núcleo Região do Centro – Festa de Natal 2007 – apoio
- XIII- DESPORTO JUVENTUDE E LAZER**
1. 19º Estágio Internacional de Judo da Associação Académica de Coimbra – Aditamento à informação nº 311/06
 2. Olivais Futebol Clube e Lordemão Futebol Clube – apoio
 3. Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição – isenção de taxas:
 - a) Lar de S. Martinho;
 - b) Clube Náutico Académico de Coimbra
 4. Centro de Recrutamento de Coimbra – Isenção de taxas – Complexo Olímpico de Piscinas
 5. Estádio Cidade de Coimbra – utilização da pista:
 - a) 2º Jardim Escola João de Deus;
 - b) Estabelecimento Prisional de Coimbra
 6. Campeonato Nacional de Futebol de Rua – Vencer em todos os campos – apoio
 7. Automóvel Clube do Centro – Rali Rainha Santa – apoio
- XIV - AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**
1. Jazigo nº 29 do talhão 12 da Câmara Municipal de Coimbra – proposta de aquisição
- XV - HABITAÇÃO**
1. Prohabita – Aquisição dos Imóveis do Beco das Canivetas, nºs 1-3-5, Beco das Canivetas, nºs 4-6-8, Travessa das Canivetas 3-4 e Rua das Azeiteiras, 32-34 – correcção de preços
 2. Venda de Habitação Municipal:
 - a) Bairro do Ingote – Bloco 21 – 1º Dt. – Mário Vaz;
 - b) Bairro do Ingote – Bloco 21 – 1º Esq. – Carlos Agostinho Cabral
 3. RECRIA – Edifício na Rua Fernandes Tomás, nº 72-74
 4. Flowfest 2007 – organização do festival – apoio à CenterStage
 5. Ordem de execução de obras de conservação – ratificação
 6. Vistoria no âmbito dos processos de reabilitação de edifícios – ratificação
 7. Processos para conhecimento
- XVI - CULTURA**

1. **Comemorações Miguel Torga – Concurso de ideias para monumento**
 2. **Centro Popular dos Trabalhadores do Sobral de Ceira – apoio**
- XVII- ASSUNTOS DIVERSOS**

1. **AMI – Corrida e Marcha “Pontes da Amizade” – apoio**

XVIII - (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Vice-Presidente: João José Nogueira Gomes Rebelo
Vereadores: Luís Nuno Ranito da Costa Providência
Mário Mendes Nunes
Horácio Augusto Pina Prata
Vitor Manuel Bento Baptista
Álvaro Santos Carvalho Seco
Maria Fernanda Santos Maçãs
Maria de Fátima dos Anjos de Carvalho
Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Dr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação, Presidente da Câmara Municipal, e Secretariada por Arménio Bernardes, Director Municipal de Administração e Finanças, coadjuvado por Maria Gabriela Neves Mendes, assistente administrativo especialista.

Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Marcelo Nuno tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, justificar a respectiva falta.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco

1. Terras na Av. Gouveia Monteiro

O Sr. Vereador mostrou preocupação com o acesso das ambulâncias aos hospitais, em horas de ponta, sendo que tal situação pode acarretar prejuízos na qualidade do socorro. Mesmo com a construção dos muros de suporte de terras, é necessário que seja acelerada a retirada da mesma para que se possa proceder à abertura daquela via.

2. Hospital Pediátrico

O Sr. Vereador mencionou que as obras do Hospital Pediátrico foram muito desejadas pela população de Coimbra, inclusivamente pelo corpo médico. No entanto, enfatizou a importância dos problemas de acesso ao mesmo: dependência de construção de via entre as Circulares Interna e Externa. Questionou se há algum calendário de execução desta obra, para que não haja surpresas daqui a alguns anos, tais como a mesma estar concluída e o hospital em funcionamento sem que a via esteja construída.

3. Movimentação de terras na Rua Direita

O Sr. Vereador teve a oportunidade de falar com o trabalhador que se acidentou na última sexta-feira, no trabalho de movimentação de terras da Rua Direita. Informou os presentes do estado de saúde do funcionário e as medidas tomadas em relação ao caso.

O Sr. Vereador salientou a morosidade e a suposta falta de empenho da empresa na retirada do entulho, bem como a demora na estabilização das paredes dos prédios que foram demolidos. Elogiou as obras de demolição que estavam a ser feitas em edifícios da Câmara, sob acompanhamento do Prof. Tadeu, criando melhores condições de segurança e minimizando riscos. Referiu a urgência na abertura da Rua Direita, em virtude do transtorno e prejuízo causados aos comerciantes da zona da Praça 8 de Maio e do Terreiro da Erva, mesmo com o pagamento de eventuais indemnizações a

serem atribuídas pela Metro Mondego. Informou que foi solicitado o prolongamento do estado de alerta mas o Sr. Vereador entende que o mesmo deve ser uma situação excepcional. Neste caso, mais por causa das demolições correspondentes aos edifícios da Câmara do que em virtude das obras na Rua Direita, o pedido deve ser deferido, mediante uma proposta da CMC, por um prazo definido, sem que a situação se arraste ao longo do tempo. De acordo com deliberação tomada anteriormente ao estado de alerta, a Protecção Civil mantém o acompanhamento da execução desses trabalhos. O Sr. Vereador é da opinião que haja melhor coordenação entre os trabalhos da CMC e da Metro, nomeadamente com a SRU, designadamente demolições/consolidações e recuperações deste espaço.

Intervenção do Sr. Vereador Gouveia Monteiro

1. Hospital Pediátrico

O Sr. Vereador mostrou a sua preocupação com a falta de informação em relação às obras do Hospital Pediátrico. Passados dois anos, de acordo com o que apurou, na melhor das hipóteses apenas 30% da obra estará realizada, sem conhecimento de abertura de concursos para apetrechamento, etc., ..., normalmente morosos. Disse faltar a intervenção da sociedade, a começar pela Câmara Municipal, indispensável no acompanhamento do calendário e gastos previsíveis, para evitar derrapagens nos prazos e, eventualmente, nos custos. Referiu ainda afirmações feitas pelo Sr. Ministro sobre a obra do Pediátrico ser excessiva, dando nota de alguma irresponsabilidade ou alguma alteração da apreciação não assumida, relativamente àquilo que foi um calendário de obras apresentado, deixando a dúvida sobre a seriedade do processo. No sentido de que esta situação seja ultrapassada, sugeriu que fosse instituída uma Comissão de Acompanhamento da Obra para que, desde os utentes do Hospital até a Direcção Clínica do mesmo, todos pudessem acompanhar o andamento e mostrar a atenção que tem sido dada pela comunidade de Coimbra a esta obra de grande importância para a cidade e para a região. A proposta feita pelo Sr. Vereador foi de que, se houver revisões a respeito do calendário actual, que sejam apresentadas; se houver alterações, que sejam discutidas e comunicadas à comunidade.

2. Carta Educativa – Encerramento de escolas

O Sr. Vereador solicitou informação actualizada sobre a Carta Educativa e as escolas sinalizadas para encerrar. Disse ter tomado conhecimento de reunião entre representante da CMC e da DREC, salientando que o assunto é da máxima importância por diversos motivos, entre os quais pelo volume de escolas para cujo encerramento se aponta, pela importância que isto acarreta na vida das comunidades locais, pelas diferenças de opinião que suscita, pelo número de crianças que podem estar em trânsito entre escolas, pela necessidade dos pais estarem informados atempadamente dos processos. Apontou a relevância desta informação estar disponível antes do fim do ano lectivo e das férias escolares, para que o assunto não tenha que ser resolvido em Setembro ou Outubro.

3. SMTUC

O Sr. Vereador referiu a deliberação de Novembro passado relativamente ao assunto. Verificou, com regozijo, que já estão a aparecer nos autocarros informações à população sobre a discriminação de que Coimbra é alvo nesta matéria. Salientou que não se trata de uma guerra entre instituições, mas de disponibilizar ao máximo informação aos cidadãos. Verificou, também, a intervenção do Sr. Presidente no site da CMC, a seu ver um pouco longa mas muito esclarecedora acerca deste processo. No ponto de vista do Sr. Vereador, faltaram dois elementos em relação à deliberação de Novembro passado. Em primeiro lugar, ao mesmo tempo que se reivindica junto do Governo, é necessária a promoção da utilização dos transportes públicos. O Sr. Vereador elogiou os SMTUC, todavia verifica que há subutilização das linhas em certos horários. Traçou rápido perfil dos utentes dos SMTUC afirmando que, com um ligeiro aumento de despesa, há grande possibilidade de aumento de receita se houver persuasão dos cidadãos para deixarem o carro em casa e utilizarem os autocarros. Invocou, para tal, razões de ordem económica, ambiental, de aumento da receita dos SMTUC em igual proporção à diminuição do investimento municipal nesta área, o que, logicamente, permite o investimento em outras áreas. Apelou para que houvesse em Coimbra uma campanha de promoção da utilização dos transportes públicos para combater tanto a ideia de que há vasta disponibilidade de estacionamento, como de que o uso de transportes públicos é feito pela população de baixos rendimentos, realçando também a qualidade da maioria das viaturas. Sugeriu o apoio de vereadores, deputados da Assembleia da República, pessoas líderes de opinião com depoimentos favoráveis à sua utilização. Salientou que esta atitude permitiria ganhar forças no diálogo com o Governo, ao mostrar a capacidade de promover e melhorar a utilização daquilo que a cidade já tem, e não apenas reivindicar mais fundos para Coimbra. O Sr. Vereador lembrou que parte da deliberação de Novembro foi a articulação com outras Câmaras, no sentido de haver contactos entre as que possuam empresas de transporte, para que se torne visível a reivindicação do apoio governamental.

4. Estação de Tratamento Mecânico-Biológico de Vil de Matos

Tendo em conta as discussões e as deliberações tomadas em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, o Sr. Vereador entendeu que é necessário que a iniciativa de clarificar a diferença entre aterro e estação de tratamento à população da freguesia seja tomada pela Câmara Municipal de Coimbra, com a colaboração do Sr. Presidente da Junta e com a ERSUC. Para que a situação não fique estagnada, seja por receio, por falta de informação ou por interferências alheias aos interesses da população, e para que o problema seja resolvido. Sugeriu marcação de calendário de acções para discussão das questões centrais do passivo ambiental existente e da infra-estrutura em concreto que se pretende instalar.

5. Av. Navarro

O Sr. Vereador mencionou as obras de infra-estrutura de rede eléctrica e de esgotos realizadas na Av. Navarro, ligadas ao Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, que provocaram o mau estado do passeio central, onde se localizam os plátanos, atravessado diariamente por muitas pessoas. Numa altura em que se discute as acessibilidades e barreiras arquitectónicas, não há motivo para que tais intervenções em zonas pedonais provoquem risco aos peões.

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** acrescentou que há raízes de plátanos situadas na superfície da faixa de rodagem, junto à Portagem. Constituem um perigo para os condutores que não conhecem a via, existindo a possibilidade de causar algum acidente. Confirmou o que disse o Sr. Vereador Gouveia Monteiro em relação ao passeio salientando que, no que respeita à faixa de rodagem, é uma intervenção simples que não põe em causa os plátanos, apenas nivelaria o pavimento. Em seu entender, seria justificável a intervenção da Câmara nesta matéria.

Intervenção da Sr.ª Vereadora Fátima Carvalho

1. Av. Gouveia Monteiro

A Sr.ª Vereadora mostrou dúvidas em relação à conclusão das obras da Av. Gouveia Monteiro dentro do prazo estipulado. Informou que tem transitado pela via e não verifica progressos no andamento da referida obra, acarretando transtorno aos utilizadores. Disse compreender que a situação não é de fácil resolução, mas que a autarquia não tem mostrado uma intervenção significativa para a sua solução.

2. Aniversário de Zeca Afonso

A Sr.ª Vereadora lamentou o facto do 20.º aniversário de uma figura tão marcante, não somente para a Cidade de Coimbra como para o país, ter passado despercebido. Salientou que a Figueira da Foz promoveu actividades no âmbito das comemorações inerentes à data.

3. Transportes Públicos

A Sr.ª Vereadora partilhou a preocupação do Sr. Vereador Gouveia Monteiro em relação aos transportes públicos, apelando a uma maior promoção dos mesmos. Confessou que também é utilizadora mas que sente que a ideia que tem sido transmitida é de que este serviço é dirigido a determinadas camadas da população que não possuem alternativa. Referiu que os proprietários de automóveis não estão dispostos a abdicar do uso do mesmo. E nem mesmo a vinda do Metro mudará o panorama enquanto não forem mudadas as mentalidades dos cidadãos. Disse que, para que Coimbra seja uma cidade saudável, é necessário diminuir a circulação automóvel, incrementando o uso dos transportes colectivos pelos cidadãos. Salientou o estacionamento de viaturas em via pública por longo período de tempo, referindo a facilidade de entrada de veículos na cidade sem que sejam cobradas taxas por isso.

Intervenção do Sr. Vereador Horácio Pina Prata

1. Av. Gouveia Monteiro

O Sr. Vereador reiterou o que disse, na última reunião, a respeito da preocupação com o andamento das obras na Av. Gouveia Monteiro, que se encontram aquém das expectativas do que deveria ser uma actuação com carácter de urgência, acarretando transtorno nas acessibilidades dos utentes aos diferentes Hospitais da zona.

2. Águas de Coimbra

O Sr. Vereador referenciou um artigo de opinião publicado em Fevereiro último, no “Diário de Coimbra”, escrito por um ex-Vereador desta Câmara e ex – Deputado Municipal, onde se lia que, passados dezassete meses, as obras a realizar em Vil de Matos, Casal da Misarela e Vale de Canas ainda não começaram. Enquanto Presidente do Conselho de

Administração da E.M. Águas de Coimbra SA, o Sr. Vereador Pina Prata teve oportunidade de, em Setembro de 2005, na presença do Sr. Presidente da CMC, assinar dois contratos de adjudicação. Um deles dizia respeito ao Casal da Misarela e Vale de Canas, datado de 29-09-2005, no valor total de oitocentos e cinquenta e oito mil euros, e ia de encontro aos anseios da população. Outro compromisso assumido com a população pelo Sr. Vereador e pelo Sr. Presidente, inclusivamente em sessões públicas, relacionava-se com o saneamento básico de Vil de Matos e populações limítrofes, no valor total de um milhão cento e setenta e dois mil euros, assinado em 19-09-2005. Perante a publicação do artigo e as averiguações entretanto feitas pelo Sr. Vereador, questionou se houve orientações emanadas pelo Sr. Presidente ao Conselho de Administração da Águas de Coimbra, no sentido da não realização das obras, já que as mesmas deveriam estar concluídas. Lembrou que houve um estudo aprovado para a instalação do tratamento do lixo na zona de Vil de Matos, tendo então o Sr. Vereador partido do pressuposto que efectivamente o saneamento básico estaria em fase terminal de resolução. Mostrou curiosidade em saber os motivos pelos quais uma obra adjudicada e consignada ainda não estar acabada.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. 1.º Torneio Internacional Cidade de Coimbra em Futsal

O Sr. Vereador informou os presentes que decorreu com sucesso, no Pavilhão Multidesportos, o 1.º Torneio Internacional Cidade de Coimbra em Futsal, com vitória do Freixeiro.

2. Final Four – Taça de Portugal de Basquetebol Feminino

O Sr. Vereador informou que será realizado o evento “Final Four – Taça de Portugal de Basquetebol Feminino” nos próximos dias 17 e 18 de Março, no Pavilhão Multidesportos. Realçou que a Câmara cumpre assim dois desígnios. Por um lado, esta actividade é a fase final da competição de uma das modalidades com clara projecção em Coimbra. Por outro, o reconhecimento e a participação da mulher na actividade desportiva.

3. Campeonatos Nacionais Juvenis de Piscina Longa

O Sr. Vereador deu conhecimento da realização dos Campeonatos Nacionais Juvenis de Piscina Longa, entre os dias 23 e 25 de Março, a decorrer no Complexo Olímpico de Piscinas. Acrescentou que será uma antevisão do que serão os Campeonatos Nacionais do próximo ano.

4. Vitória da Associação Académica de Coimbra em Basquetebol

O Sr. Vereador elogiou a vitória em Basquetebol, no passado final de semana, da Associação Académica de Coimbra sobre o Sangalhos, enfatizando ter sido um jogo decisivo para a manutenção na divisão em que se encontra.

5. Piloto Português do Ano em 2006

O Sr. Vereador saudou o reconhecimento dado ao piloto Filipe Albuquerque, natural de Coimbra, considerado Piloto Português do Ano em 2006.

Intervenção do Sr. Vereador Mário Nunes

1. Congresso Internacional sobre Miguel Torga

O Sr. Vereador informou que decorreu a conferência de imprensa para anunciar o Congresso Internacional sobre Miguel Torga. Explicou que estão programadas conferências com a participação de especialistas e professores de diversas instituições de ensino superior, nacionais e internacionais. Conforme feito aquando do começo do ciclo de comemorações, no início de 2005, o Sr. Vereador Mário Nunes convidou os demais Vereadores a participarem da iniciativa, que se realizará nos dias 3, 4 e 5 de Maio. Acrescentou que estão previstos o lançamento de dois livros respeitantes à vida e obra de Miguel Torga, uma sessão cultural onde será estreado um trabalho musical sobre o escritor, bem como uma visita a São Martinho de Anta, com a colaboração da Câmara Municipal de Sabrosa.

2. Zeca Afonso

Em resposta à Sr.ª Vereadora Fátima Carvalho, a respeito do aniversário de Zeca Afonso, o Sr. Vereador esclareceu que a Câmara Municipal de Coimbra tem agendado um concerto, que não foi possível realizar na data em questão, não invalidando que outros eventos possam ter lugar ao longo do ano.

3. Público em eventos culturais em Coimbra

O Sr. Vereador enumerou algumas actividades culturais em que esteve presente recentemente, onde verificou a pouca afluência de público. Disse ter estado numa apresentação da Orquestra Contemporânea de Lisboa, em representação do Sr. Presidente da CMC, no âmbito da semana cultural da Universidade de Coimbra, no TAGV, e lamentou o facto de o público presente ser muito menor que a capacidade do espaço. Mencionou ainda uma conferência no Chiado, dada por um grande professor de Coimbra, Prof. Pedro Dias, e um programa dedicado às crianças e aos pais, no Pavilhão Centro de Portugal, situações onde a afluência foi igualmente fraca. Questionou se há público suficiente para as manifestações culturais que são feitas em Coimbra e indagou se, afinal, a cidade é um deserto de actividade cultural ou um deserto de pessoas a participarem naquilo que se realiza.

4. Escola desactivada

O Sr. Vereador verificou o contraste entre algumas escolas que foram desactivadas, nomeadamente em Monforte e Almalaguês. Informou que em Monforte, por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara, a escola desactivada foi transformada em Centro de Formação e Cultura, tendo a população aderido em massa. Louvou a iniciativa, pois permite, além da realização de projectos inovadores, no âmbito da educação e da cultura, evitar a degradação de um edifício escolar em desuso.

Intervenção da Sra. Vereadora Fernanda Mações

1. Segurança

A Sr.ª Vereadora mencionou algumas notícias veiculadas na comunicação social, dando conta de alguns fenómenos de violência gratuita e vandalismo, como incêndios em ecopontos e contentores de lixo. Teve conhecimento de reuniões entre o Sr. Presidente da Câmara e o Governador Civil e indagou qual era o ponto da situação em relação a esta questão.

A Sra. Vereadora **Fátima Carvalho** pediu novamente a palavra para falar de mais dois assuntos:

1. Saneamento

A Sr.ª Vereadora retomou o assunto anteriormente abordado pelo Sr. Vereador Pina Prata, relativamente ao saneamento. Teve oportunidade de levantar, em reunião anterior, o problema de alguns cidadãos da zona de Vale de Canas que foram notificados para a construção de fossas. Foi concedido um prazo de 30 dias sem que, contudo, fossem informados de eventuais sanções pecuniárias em caso de incumprimento. Disse que uma Engenheira, da área das Águas, esteve no local para averiguações, sem que tivesse prestado quaisquer esclarecimentos aos interessados. A Sr.ª Vereadora informou que a população não possui local para fazer as fossas e o que pretendem, realmente, é que seja feito o saneamento.

2. Vil de Matos

A Sr.ª Vereadora também retomou um assunto referido pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro, a respeito da população de Vil de Matos e dos acontecimentos da última Assembleia Municipal. Concordou que é necessário ouvir os cidadãos, mas acha não ser admissível que para umas situações seja aceitável considerar os estudos elaborados pela Universidade e para outras não. A Sr.ª Vereadora disse estar à vontade ao afirmar que, apesar de na altura o Governo fundamentar a sua decisão num estudo favorável à implementação da co-incineração, o mesmo não ter sido levado em conta em virtude da sua posição ser sempre contrária a esta prática. Afirmou existir um novo estudo que cimenta uma posição semelhante à da Sr.ª Vereadora, não devendo, contudo, servir de base para tomada de decisões, apenas pelo facto de ser favorável à sua causa. Por isso, disse achar que deve haver razões mais profundas para determinar a localização, não concordando com a fundamentação da Assembleia Municipal por a mesma também ser baseada num estudo. Valorizou a mobilização dos cidadãos de Vil de Matos, ao comparecerem na Sessão, apelando para que assumam sua posição em relação à implementação, ou não, do projecto na sua terra.

Intervenção do Sr. Presidente

1. Av. Gouveia Monteiro

A respeito desta questão previamente levantada, o Sr. Presidente respondeu que os pormenores dos procedimentos adoptados foram explicados em Assembleia Municipal. Fundamentalmente, há uma obra que, em violação das regras urbanísticas, provocou um problema de difícil resolução na encosta. No seguimento do processo, acompanhado de perto

pela Autarquia, a CMC deliberou um estudo apresentado pelo proprietário do prédio em causa, com termos de garantia em relação ao projectista e autor do referido estudo, onde era incluída a estabilização da encosta e a realização das obras que a Câmara tinha mandado desenvolver com urgência. Diante de tal quadro, e tratando-se de obra de dimensão considerável, abrir-se-ia concurso para a realização da mesma ou imputar-se-ia ao proprietário a responsabilidade pela execução da obra. O Sr. Presidente explicou que a opção escolhida foi conceder um prazo de duas semanas ao proprietário para a realização da obra, salientando que qualquer outra solução ou medida legal a ser tomada excederia este período de tempo. O Sr. Presidente reiterou que esta obra continua a ser fiscalizada pela CMC, sendo que o Sr. Vereador João Rebelo pormenorizaria melhor o assunto. Acrescentou que, em qualquer momento, a Câmara poderá substituir-se ao proprietário em caso de não satisfação do interesse público nas diligências empreendidas.

Sobre a indagação feita pelo Sr. Vereador Álvaro Seco, relativamente à Rua Direita, o Sr. Presidente afirmou que, neste ou em outro caso qualquer, em circunstância nenhuma promoverá a conclusão de trabalhos precipitadamente, de forma a acarretar riscos desnecessários à integridade física da população.

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** interveio com uma dúvida inerente à estabilização da encosta, ao questionar a veracidade da construção de uma via de acesso à propriedade. Contudo, foi lembrado que estes pormenores iriam ser focados pelo Sr. Vereador João Rebelo. O Sr. Presidente recordou que foi constatado em Assembleia Municipal que a pretensão do proprietário excedia, e muito, as indicações emanadas pela Câmara, tendo esta elaborado um despacho equilibrado, que consistia em fazer o proprietário cingir-se ao que havia sido disposto. As questões que transcendessem o estipulado seriam apreciadas pela CMC em altura própria, incluindo a suposta construção de uma via de ligação entre a propriedade e Av. Gouveia Monteiro e o estudo da viabilidade de construção de uma pequena rotunda, não previstas anteriormente. Como não foram estipuladas pela autarquia, não seria admitida esta situação de claro abuso ao despacho. O Sr. Presidente continuou a afirmar que, não sendo objecto de autorização da CMC, tais factos serão analisados oportunamente.

2. Rua Direita

O Sr. Presidente informou que teve conhecimento do ocorrido nas obras da Metro Mondego. Todavia, mostrou uma preocupação ainda maior com o facto de ter sido informado da descoberta de uma granada, levada para Miranda do Corvo para que fosse detonada no rio, o que felizmente não aconteceu. Disse serem situações extraordinárias que acontecem, correlacionando com o acontecido na Rua Direita. O Sr. Presidente acrescentou que estas recordações, trazidas de África, acabam por ser uma grande variedade de artefactos explosivos que necessitam de tratamento específico. Informou que os locais já haviam sido inspeccionados pela Brigada de Minas e Armadilhas, sem consequências de maior gravidade.

A respeito da morosidade, questionada na intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco, o Sr. Presidente transmitiu as explicações apresentadas pela Metro Mondego. Enquanto a empresa efectuava a obra, havia um acordo com o empreiteiro segundo o qual, seguindo a legislação publicada até então, a separação era feita no local, visto tratar-se de obra de particular exigência do ponto de vista ecológico em relação à remoção dos detritos. Entretanto, com a mudança da legislação, o procedimento passou a ser feito no destino.

3. Hospital Pediátrico

Sobre o assunto, o Sr. Presidente confirmou o protocolo existente entre a CMC e o Ministério da Saúde, com prazos e condicionantes para a realização da via de acesso. O calendário tem sido respeitado pela autarquia, sendo o assunto melhor retratado aquando da intervenção do Sr. Vereador João Rebelo. Mostrou a sua preocupação em relação ao respeito pelos prazos de construção do Hospital Pediátrico, em virtude do equilíbrio das receitas e despesas públicas, atingido com base na contenção dos investimentos. O objectivo do Estado é, em última instância, a adequação dos trabalhos a realizar ao longo do ano aos fundos disponíveis, independentemente dos prazos estipulados. O Sr. Presidente admitiu que a conclusão do hospital pode demorar mais do que o previsto.

O Sr. Presidente concordou com a reactivação da Comissão de Acompanhamento do Hospital Pediátrico. Disse que a tentativa feita, a determinada altura, foi a de confiança entre as partes, tanto na elaboração do projecto final como no acompanhamento da adjudicação dos trabalhos, até ser verificada a ineficácia do método, justificando-se novamente a constituição de uma comissão. A questão do financiamento do Hospital Pediátrico advém da escolha entre a realização da obra ser exclusivamente feita através de verbas comunitárias ou de verbas do orçamento de Estado. O recurso exclusivo às últimas, continuou o Sr. Presidente, não permitiria a construção. Porém, a utilização exclusiva dos fundos comunitários impediria a realização de todos os centros de saúde previstos para a Região Centro. Por isso, a opção foi intensificar a prestação do orçamento de Estado no Hospital Pediátrico, concorrendo também ao fundo comunitário. Numa altura em que a participação do orçamento de Estado é diminuta e a participação das verbas comunitárias é aumentada, estão previstos problemas no financiamento de outras instituições de saúde da Região Centro e consequente aumento do prazo de conclusão da obra do Pediátrico.

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** questionou se seria a CMC a tratar da formação da Comissão de Acompanhamento, tendo o Sr. Presidente respondido que não se importava de tomar a iniciativa, mediante uma proposta elaborada para o efeito.

O Sr. Vereador **Luís Providência** sugeriu o aproveitamento da Comissão de Acompanhamento das Obras do Hospital Pediátrico, proposta e aprovada pela Assembleia Municipal.

Na discussão deste ponto, o Sr. **Presidente** questionou o Sr. Vereador Álvaro Seco sobre a viabilidade da sugestão feita pelo Sr. Vereador Luís Providência, assumindo a responsabilidade de abordar o Prof. Manuel Porto, de forma a colocá-la em funcionamento.

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** comunicou ter tido a oportunidade de assistir à última Assembleia Municipal, informando que a directriz assumida pela maioria era contrária à constituição de órgãos que não estejam instituídos no funcionamento da Câmara Municipal de Coimbra ou da própria Assembleia Municipal. Deu, ainda, conhecimento de um conjunto de assuntos considerados importantes e que não possuem nenhuma comissão, nomeadamente o Projecto Polis, o Metro Mondego, o desenvolvimento dos IC2 e IC3, o TGV e a Estação Velha de Coimbra. Alguns destes assuntos, mencionou o Sr. Vereador, têm sido acompanhados por determinados vereadores da CMC, sugerindo a designação, para este caso em concreto, do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, sem que seja necessária a criação de uma estrutura pesada para um problema que até pode ser pequeno, na medida em que os dados existentes actualmente não são suficientemente precisos para delinear a situação financeira em que se encontra o Hospital Pediátrico.

O Sr. **Presidente** explicou ao Sr. Vereador Álvaro Seco que se trata de uma obra em relação à qual foi gerado um clima de desconfiança na cidade, tendo o problema sido contornado a dada altura. Alegou que a mesma tem, de certa forma, um carácter excepcional em comparação com as outras, tanto que a própria Assembleia Municipal entendeu deliberar a constituição de uma comissão de acompanhamento, apesar de o mesmo não se ter verificado nas demais. E, já estando constituída, o mais natural seria aproveitá-la e colocá-la em funcionamento entre a CMC e a Assembleia Municipal. Explicou também que a recusa da Assembleia em constituir uma série de órgãos e organismos deveu-se ao facto de ultrapassar as suas competências, não sendo uma comissão de acompanhamento propriamente um órgão.

4. Carta Educativa

O Sr. Presidente deu conhecimento sobre a reunião a respeito da Carta Educativa entre responsáveis da área da Educação da CMC e da DREC, onde deixou clara a insatisfação com as propostas apresentadas, que apontavam para o encerramento de 20 escolas. Acrescentou que a Carta Educativa aprovada era equilibrada neste ponto: só haveria encerramento de escolas mediante o voto favorável das comunidades, designadamente dos Presidentes das Juntas de Freguesia. Foi solicitado à DREC o levantamento de quais seriam as escolas a encerrar, informação que ainda aguarda. Porventura, poderiam vir a ser 3 ou 4 escolas, mas é necessário confirmar as candidatas ao encerramento para que se possa estabelecer, com as Juntas de Freguesia e Conselhos de Agrupamento, a metodologia para análise desta proposta, que certamente também será submetida ao Conselho Municipal de Educação.

5. SMTUC

O Sr. Presidente considerou que há uma evidente falha na equidade da distribuição do dinheiro do Estado nesta matéria. Recordou aos Srs. Vereadores a posição que manteve aquando da discussão da Lei das Finanças Locais, relativamente à perda de transferência de verba do Estado para o município de Coimbra nos próximos 7 anos. Explicou o problema da diferenciação na atribuição de subsídios aos transportes públicos, realçando o tratamento dado a Lisboa e ao Porto em relação aos outros municípios e em como a situação irá repercutir-se na própria Administração Autárquica, já que a CMC terá de fazer um esforço acrescido ao não receber nenhuma verba para o efeito, enquanto o Estado continuará a compartilhar os passes sociais na área de Lisboa, atribuindo indemnizações compensatórias em relação aos custos sociais do transporte a empresas privadas. São verbas milionárias que afectam significativamente o orçamento e o financiamento das Câmaras Municipais. O Sr. Presidente informou que tratará, na altura própria, da questão das empresas municipais e das empresas públicas, ambas sector empresarial do Estado. Explicou que as empresas públicas, com capital total ou maioritariamente estatal, têm possibilidade de recorrer a empréstimos ilimitados, com aval do próprio Estado. O sector empresarial autárquico verifica uma discrepância no financiamento: tem a capacidade de recorrer ao empréstimo no limite das Câmaras Municipais. A questão dos transportes colectivos é essencial por isto, continuou o Sr. Presidente, na tentativa de que seja feito o melhor possível baseado neste cenário.

Em relação ao fomento do uso dos transportes públicos, informou que já estão desenhados os flyers para a divulgação em escolas e demais entidades significativas no âmbito do apelo ao transporte colectivo.

No que diz respeito às outras Câmaras Municipais, mencionou haver reuniões periódicas que contam com a participação dos administradores dos Serviços Municipalizados, sem obterem resposta do Ministério ou da Secretaria de Estado dos Transportes. O Sr. Vereador Gouveia Monteiro questionou uma possível acção conjunta com outras Câmaras, mas o Sr. Presidente salientou a dificuldade para vencer a inércia por parte delas. Apesar disto, deu conhecimento de mais uma reunião agendada com o Ministério.

6. Vil de Matos

Acerca deste ponto, o Sr. Presidente disse ter assistido, na última Assembleia Municipal, a uma intervenção de altíssima demagogia, por entender que a questão de Vil de Matos não é comparável à de Souselas, pois o assunto a ser tratado refere-se a resíduos sólidos urbanos e não resíduos tóxicos ou resíduos industriais perigosos. O Sr. Presidente referiu estudos feitos pela Universidade de Coimbra que apontam a localização não de um aterro, nem de uma incineradora, mas de uma estação de tratamento mecânico e biológico do lixo, procedimento apoiado por ambientalistas de organizações portuguesas e estrangeiras. Relativamente aos resíduos industriais perigosos, informou existirem pareceres de mérito da UC contrários à instalação de tal unidade em Souselas, demonstrando que se tratam de situações distintas. Na opinião do Sr. Presidente, este tipo de assunto deve ser tratado de acordo com as regras ambientais. O estudo feito pela Faculdade de Ciências foi apreciado e deliberado por unanimidade, ressaltando ter sugerido ao Sr. Presidente da Junta que, na apresentação do mesmo à Assembleia de Freguesia, convidasse alguém independente para tecer explicações sobre o tratamento mecânico-biológico dos resíduos sólidos urbanos. O Sr. Presidente exemplificou a falta de informação ao citar um canal de televisão que abordou a matéria como tratamento de resíduos tóxicos. Sendo o Presidente do Conselho Directivo da FCTUC também um dos dirigentes nacionais da Quercus, o estudo apresentado aponta para que a alternativa aceitável à construção de aterros seja a realização deste tipo de estação de tratamento. A ERSUC, empresa responsável pela instalação desta unidade, estabelecerá o diálogo com as populações interessadas, sendo que também foi sugerido um estudo de incidência ambiental, ficando a cargo da empresa munir-se de responsáveis isentos para acompanhar a fiscalização de todo o processo. O Sr. Presidente comunicou que é apenas um dos membros da Assembleia-geral da ERSUC, sócio da ERSUC em representação da autarquia. Mostrou disponibilidade para esclarecer eventuais dúvidas que possam surgir sem, contudo, prescindir de pessoas com suficiente isenção para acompanhar o processo, para que não sejam levantadas acusações de que seja parte interessada no mesmo.

7. Av. Navarro

O Sr. Presidente disse que esta matéria seria tratada pelo Sr. Vereador João Rebelo.

8. Zeca Afonso

O Sr. Presidente informou que celebrou Zeca Afonso ao iniciar um debate, para o qual foi convidado num programa de televisão, citando trechos de uma de suas composições, nomeadamente a que refere que o povo é quem mais ordena.

9. Estacionamento em Coimbra

Sobre este tópico, o Sr. Presidente lembrou que um dos grandes problemas da cidade de Coimbra é o das viaturas abandonadas, informando que até hoje já foram removidos pela Polícia Municipal cerca de mil veículos.

10. Santo António dos Olivais – Dianteiro

O Sr. Presidente comentou que já foi solicitada a resolução do assunto pela Águas de Coimbra, sendo que a questão que surge é que parte das habitações está ilegal ou foi construída sem a possibilidade de ligação ao saneamento. Quanto às ligações ao saneamento por parte de agregados familiares com debilidade económica, também serão tratadas pela empresa, levando em consideração este aspecto do problema.

11. Águas de Coimbra

Quanto ao assunto abordado pelo Sr. Vereador Pina Prata, o Sr. Presidente disse ter tido a oportunidade de mencionar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, aquando da Assembleia Municipal, que em relação a essas adjudicações houve insistência junto da Administração da Águas de Coimbra para se conseguir utilizar fundos comunitários, eventualmente em regime de possível actualização em relação ao quadro comunitário de apoio, de forma a englobar estas obras. As mesmas foram deliberadas numa altura em que os referidos quadros não estavam disponíveis. Na eventualidade deste cenário, foram solicitadas as diligências necessárias e a negociação possível para que sejam lançadas ao abrigo dessa medida. Neste momento, encontra-se em compasso de espera, tendo os Presidentes das Juntas de Freguesia tido conhecimento do facto em Assembleia Municipal.

12. Segurança

O Sr. Presidente informou que foram feitas várias reuniões no Governo Civil, com a presença do Sr. Comandante da Polícia Municipal, em virtude do momento de intranquilidade pública que se originou em Coimbra na sequência de vários acontecimentos, nomeadamente assaltos, agressões, ... A resolução da situação, disse o Sr. Presidente, passaria por melhorias no policiamento, maior actuação da Polícia, redefinição do esquema policial, dotação de maior número de agentes, um patrulhamento de proximidade. Uma das conclusões tiradas numa das reuniões seria a contratação de guardas-nocturnos, mas na óptica do Sr. Presidente seria uma regressão no tempo. Foram pedidos orçamentos de câmaras de segurança, a serem instaladas em pontos críticos e desertos da cidade e ligadas à PSP, pois a autarquia não reúne condições para tratar destas questões. Mencionou também a reorganização das Forças de Segurança e a contestação que provocou há quinze anos atrás.

Intervenção do Sr. Vereador João Rebelo

1. Gestão de Qualidade

O Sr. Vereador informou que, na sequência das auditorias realizadas recentemente no âmbito do processo de certificação, foi contemplado o Serviço de Gestão de Qualidade, em conformidade com a norma ISO 9001/2000, relativamente a todo o Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana, à Divisão de Atendimento do Departamento de Administração Geral, ao Gabinete para o Centro Histórico e, como estruturas de apoio, as Divisões de Informática e de Património e Aprovisionamento. Afirmou tratar-se de um trabalho efectuado de forma sistematizada ao longo de mais de dois anos, implementando alterações de procedimentos e contando com o esforço significativo de grande parte dos colaboradores desta Câmara Municipal para que se atingisse este sucesso, tendo o Sr. Vereador elogiado tal empenho. Em momento específico, serão apresentadas informações detalhadas sobre a certificação. Todavia explicou que, ao ser atribuído o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade, será necessário prosseguir com os procedimentos adoptados, de forma continuada e reforçada, a fim de assegurar o bom desempenho nas auditorias anuais que serão realizadas. Salientou ainda a necessidade desta certificação abranger outros serviços, a curto prazo.

2. 1.ª Fase do Plano Estratégico

O Sr. Vereador informou da entrega à CMC dos estudos da 1.ª Fase do Plano Estratégico. De acordo com o trabalho que foi encomendado, recordou que estão previstas três etapas. A primeira fase deste estudo, agora entregue ao executivo, será debatida em reuniões específicas para a montagem de um processo de difusão e de participação alargada, nomeadamente quatro fóruns correspondentes aos objectivos apontados: rendimento e qualidade de vida, tecnologia e conhecimento, saúde e turismo e património. Esta primeira fase, acrescentou o Sr. Vereador, corresponde ao pré-diagnóstico e organização, à análise de diagnóstico interno e externo e ao actual posicionamento de Coimbra. Essencialmente, um documento a ser debatido de forma alargada para que se permita atingir o compromisso assumido: dotar Coimbra de um plano estratégico reconhecidamente importante para todos os intervenientes, sendo o motor do processo de gestão e planeamento da cidade para os próximos anos. Disse que distribuiria cópias aos demais Vereadores, primeiramente aos que constituíram a comissão criada no âmbito do executivo, para num próximo momento discutir detalhadamente o assunto e o processo de participação, de acordo com as deliberações de Câmara que estavam previstas para serem alargadas.

3. Av. Gouveia Monteiro

O Sr. Vereador solicitou a inclusão de duas informações na ordem do dia, propostas pelo serviço no próprio dia da reunião, referentes às intervenções que estão a decorrer na Av. Gouveia Monteiro. Informou que distribuiria as fotocópias e remeteria parte das questões sobre a matéria para este ponto da agenda. Como já tinha sido referido pelo Sr. Presidente, o Sr. Vereador mencionou que o processo tem sido acompanhado permanentemente, inclusivamente a Fiscalização da Câmara esteve no local na semana anterior, permitindo a elaboração das informações apresentadas, a fim da CMC tomar conhecimento da situação para a tomada de decisões e medidas.

4. Hospital Pediátrico

Respondendo à questão apresentada pelo Sr. Vereador Álvaro Seco, o Sr. Vereador complementou que a obra estaria inscrita em plano de actividades com calendarização. Recordou que a verba para este ano ronda os sessenta e cinco mil euros, destinados ao pagamento do projecto e ao lançamento de concurso para o arranque do processo de obra, previsto para ser realizado ainda este ano. Grande parte da verba, no valor de cerca de três milhões de euros, estará disponível em 2008, e uma verba estipulada para 2009 de novecentos e cinquenta mil euros. O Sr. Vereador enfatizou o custo

elevado da obra, perfazendo um valor total de três milhões e meio de euros, se não houver eventuais trabalhos não previstos. O protocolo com o Ministério da Saúde permite a atribuição de uma pequena parte desta verba através do orçamento de Estado. A obra em questão, acrescentou o Sr. Vereador, engloba não somente o acesso ao Hospital Pediátrico, mas também a ligação entre as Circulares Interna e Externa, revelando a importância na estruturação para o sistema de acessibilidades do município.

5. Av. Navarro

Sobre a intervenção do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, relativamente ao mau estado do passeio central e, eventualmente, sobre a realização das obras da Av. Navarro, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que estes plátanos estão em fase final de vida pelo que, e aquando da passagem do metro, serão retirados e criada uma nova estrutura verde, com árvores adequadas ao sítio. No que respeita ao cais (passeio), deve ser questionada a REFER sobre se o mesmo poderá ser retirado ou não. Em caso afirmativo, poderá ser rectificado dentro das intervenções que estão a ser feitas no Parque Dr. Manuel Braga.

Intervenção da Sra. Vereadora Fernanda Mações

1. Estação de Tratamento Mecânico-Biológico de Vil de Matos

A Sr.^a Vereadora salientou que se absteve na votação deste assunto por uma questão de coerência política, uma vez que não se opôs ao processo de co-incineração em Souselas. No entanto, acha que é preciso compreender os anseios dos municípios de Vil de Matos pois, embora estejam em causa resíduos de natureza muito diferente, a população não faz essa distinção. É, por conseguinte, importante ouvir as populações e compreender os seus receios pois já se sabe que ninguém quer lixo à porta, qualquer que ele seja. Por outro lado, apesar de haver estudos mais ou menos credíveis, é preciso ver bem a questão da localização.

ORDEM DO DIA

PONTO I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

I.1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 19 de Fevereiro de 2007

Deliberação nº 2690 /2007 (05/03/2007):

- **Aprovada a acta da reunião do dia 19 de Fevereiro de 2007, com as alterações introduzidas à respectiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro não participou na votação em virtude de não ter estado presente na reunião anterior.

PONTO II - FINANCEIRO

II.1. Situação Financeira.

Foi presente o balancete referente ao dia 2 de Março de 2007, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 3.833.472,75 € (três Milhões oitocentos e trinta e três mil quatrocentos e setenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 1.760.426,08 € (um milhão setecentos e sessenta mil quatrocentos e vinte seis euros e oito cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 2.073.046,67 € (dois milhões setenta e três mil quarenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos).

Deliberação nº 2691/2007 (05/03/2007):

- **Tomado conhecimento.**

II.2. Eleição do Presidente da República 22 de Janeiro 2006 – comparticipação de despesas

Para o assunto em epígrafe e com base na informação nº 3885, de 08/02/2007, da Divisão de Contabilidade, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2692/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a transferência e consequente processamento de pagamento às Juntas de Freguesia do valor da comparticipação recebida pela Câmara Municipal relativa às despesas suportadas com a eleição do Presidente da República 2006, nos termos do disposto no Decreto Lei nº 410/B/79, de 27 de Setembro, da forma a seguir discriminada:**

Juntas de Freguesia	VALOR €
Almalaguês	104,64€
Almedina	71,68€
Ameal	69,08€
Antanhol	81,74€
Antuzede	84,60€
Arzila	59,08€
Assafarge	80,92€
Botão	73,26€
Brasfemes	78,30€
Castelo Viegas	69,60€
Ceira	121,66€
Cernache	113,68€
Eiras	249,50€
Lamarosa	79,42€
Ribeira de Frades	78,20€
Santa Clara	217,72€
Santa Cruz	187,19€
Santo António dos Olivais	718,20€
S. Bartolomeu	64,94€
S. João do Campo	82,98€
S. Martinho de Árvore	58,78€
S. Martinho do Bispo	295,29€
S. Paulo de Frades	133,11€
S. Silvestre	93,10€
Sé Nova	193,01€
Souselas	104,18€
Taveiro	76,88€
Torre Vilela	60,46€
Torres do Mondego	91,00€
Trouxemil	97,16€
Vil de Matos	55,26€
Total	3.944,62€

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.3. Concurso Público 1/2007 – vigilância e segurança de instalações municipais – ratificação

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** referiu-se à ausência de seguranças em espaços municipais, ao que o **Sr. Presidente** esclareceu que deixou de haver Empresa de Segurança em quase todos os serviços da Câmara, sendo que o que estava a votação era para situações especiais (ou por isolamento ou localização).

Relativamente a este assunto e de acordo com a informação nº5242, de 22/02/2007, da Divisão de Património e Aprovisionamento e parecer do Director Municipal de Administração e Finanças, de 23/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2693 /2007 (05/03/2007):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 23/02/2007, que autorizou a adjudicação à A.S.F. – Sociedade de Serviços de Vigilância e Alarmes, Lda., da prestação de serviços de vigilância e segurança de instalações municipais, objecto do Concurso Público nº 1/2007, pelo valor mensal de 14.044,00 €,**

acrescido de IVA (21% - 2.949,24 €), somando 16.993,24 €, sendo o valor total do contrato (24 meses) de 337.056,00 € acrescido de IVA (21% - 70.781,76 €), totalizando 407.837,76 €, com início a 01/03/2007.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.4. Ajuste directo nº 18/2006 – aquisição de serviço de transporte para associações concelhias

Solicitou a Divisão de Acção Cultural a aquisição de serviços de transportes para elementos pertencentes à AMBI – Associação de Moradores do Bairro do Ingote e Banda da Associação Recreativa e Musical de Ceira, para os dias 11 de Março, em passeio à Serra da Estrela, e 4 de Março, a Aveiro, a fim de participarem no evento “Bandas do Centro”.

Nestes termos e com base na informação nº 5441, de 26/02/2007, da Divisão de Património e Aprovisionamento, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2694/2007 (05/03/2007):

- **Adjudicar à ETAC – Empresa de Transportes António Cunha, SA o transporte dos elementos da AMBI – Associação de Moradores do Bairro do Ingote e Banda da Associação Recreativa e Musical de Ceira, à Serra da Estrela e Aveiro, nos dias 11 e 4 de Março, respectivamente, pelo valor de 625,00 € com IVA incluído.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.5. Ajuste directo nº 20/2006 - aquisição de serviço de transporte para a ACAPO

Solicitou a Divisão de Acção Cultural a aquisição de serviços de transportes para elementos pertencentes à ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal – Delegação Regional do Centro, para uma visita guiada pelo “Circuito Torguiano”, no próximo dia 10 de Março.

Nestes termos e com base na informação nº 5632, de 26/02/2007, da Divisão de Património e Aprovisionamento, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2695/2007 (05/03/2007):

- **Adjudicar à Rodoviária da Beira Litoral, SA o transporte dos elementos da ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal – Delegação Regional do Centro, pelo “circuito torguiano”, no próximo dia 10 de Março, pelo valor de 75,00 € com IVA Incluído.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III - ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO

III.1. Projectos co-financiados – situação em 31/12/2006 (conhecimento)

Pela informação n.º 4556, de 14/02/2007, do Gabinete de Estudos e do Projecto Municipal do Plano, foi dado conhecimento dos quadros de execução, até 31/12/2006, dos projectos co-financiados. Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2696/2007 (05/03/2007):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO IV - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E POLITICA EMPRESARIAL

IV.1. Expedição Humanitária 2007 - Coimbra / Bissau – concerto de beneficência – apoio – ratificação

A “Expedição Humanitária 2007 – Coimbra/Bissau” solicitou o apoio da Câmara Municipal por forma a viabilizar a realização de um concerto com fins de beneficência com o artista José Cid, que teve lugar no Pavilhão Multidesportos, no passado dia 28 de Fevereiro.

Assim, e nos termos da informação nº 17, de 26/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2697/2007 (05/03/2007):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 26/02/2007, que autorizou o empréstimo de 900 cadeiras e a respectiva isenção da taxa de aluguer, à organização do concerto de beneficência com o artista José Cid, que teve lugar no Pavilhão Multidesportos no passado dia 28 de Fevereiro, integrado na “Expedição Humanitária 2007 – Coimbra/Bissau”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO V- APOIO JURIDICO

V.1. Lote 1 Parque Industrial de Taveiro – construção de edificação para instalação de unidade Industrial

A Sra. **Vereadora Fernanda Maçãs** defendeu que deveria ser dada nova oportunidade ao proprietário do lote, com prazo fixado pela Câmara, que ele deveria respeitar.

O Sr. **Vereador Pina Prata** disse que, conforme o parecer Jurídico referencia, foram efectuadas diligências anteriores pelo Gabinete Jurídico e pelo Dr. Diamantino Lopes, que nunca obtiveram qualquer resultado, pelo que defende que deve ser executada a reversão.

O Sr. **Vereador Victor Batista** entende que deve ser clarificada a posição do requerente no sentido de saber se quer instalar a unidade industrial já, ou a sede da empresa, o que não respeita o regulamento, e desde que não seja um licenciamento para transaccionar para terceiros.

O Sr. **Presidente**, perante o confronto de opiniões, decidiu colocar este assunto a votação e disse que votaria no sentido de declarar a reversão, conforme parecer do Gabinete Jurídico.

Relativamente a este assunto, e na sequência do despacho do Sr. Presidente de 21/09/06, que solicitou ao Gabinete Jurídico e de Contencioso que emitisse parecer técnico-jurídico relativamente ao requerimento apresentado pela empresa “Martins e Pinto, Lda.”, foi apresentada a informação nº 45, de 06/02/2007, do referido Gabinete, que diz que, não obstante a Câmara Municipal de Coimbra ter deliberado (deliberação nº 37/98, de 26/01) exercer o direito de reversão relativamente ao Lote 1 do Parque Industrial de Taveiro, nunca foi intentada qualquer acção com vista à reversão do mesmo.

Nesse sentido, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2698/2007 (05/03/2007):

- **Exercer o direito de reversão do Lote 1 do Parque Industrial de Taveiro, nos termos e com os fundamentos constantes da informação nº 45, do Gabinete Jurídico e de Contencioso.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Luís Providência, Mário Nunes, Pina Prata e Gouveia Monteiro, votaram contra as Sras. Vereadoras Fernanda Maçãs e Fátima Carvalho e abstiveram-se os Srs. Vereadores Vítor Baptista e Álvaro Seco.

PONTO VI - PROTOCOLO E RELAÇÕES EXTERIORES

VI.1. VI Encontro Internacional de Poetas – apoio

A Comissão Organizadora do VI Encontro Internacional de Poetas solicitou o apoio da Câmara Municipal para o referido evento, a realizar nos próximos dias 24 a 26 de Maio, em Coimbra, mediante a oferta do alojamento dos poetas portugueses Alberto Pimenta, António Jacinto Pascoal, Feliciano Mira, Gastão Cruz e Regina Guimarães.

Nesse sentido, e com base na informação nº 13, de 14/02/2007, do Gabinete de Protocolo e Relações Exteriores, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2699/2007 (05/03/2007):

- **Autorizar a Divisão de Património e Aprovisionamento a desenvolver um processo de aquisição de serviço de alojamento para cinco pessoas (quartos single), de 23 a 27 de Maio, estimando-se a despesa em cerca de 1.000,00 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.2. Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) – Para uma Sociedade Justa – Apoio

O “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos” pretende sensibilizar a população para a questão da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual.

Assim, e de acordo com a informação nº 17, de 19/02/2007, do Gabinete de Protocolo e Relações Exteriores, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2700/2007 (05/03/2007):

- **Proceder à divulgação do logótipo do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos no site da Câmara Municipal, no qual se inclui dois links: um para a página da União Europeia e outro para a disponibilização da Decisão nº 771/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006;**
- **Disponibilizar materiais (autocolantes, folhetos, postais) no edifício da Câmara Municipal;**
- **Colocar uma faixa alusiva ao tema em local a designar posteriormente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.3. Fenge 2007 – Feira de Engenharia 2007 – Apoio

O Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra solicitou o apoio da Câmara Municipal para a FENGE 2007 – Feira de Engenharia 2007, que terá lugar de 13 a 27 de Março, mediante a cedência de transporte dos convidados e alunos, do referido Instituto para a Praça da República de 20 a 23 de Março.

Nesse sentido, e com base na informação nº 16, de 15/02/2007, do Gabinete de Protocolo e Relações Exteriores, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2701/2007 (05/03/2007):

- **Adjudicar o serviço de transporte entre o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra e a Praça da República, de 20 a 23 de Março, através de ajuste directo, à Rodoviária da Beira Litoral, pelo valor unitário de 200 €/dia, com IVA incluído, estimando-se a despesa em 800 €, ao abrigo do nº 2 do artigo 13º da Norma de Controle Interno, artigo 78, nº 1, alínea f) e artigo 81º, nº 3 alínea a) do Decreto Lei 197/99, de 8 de Junho.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII- APOIO ÀS FREGUESIAS

VII.1. Novo Cemitério de Souselas – análise de propostas

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 4816, de 16/02/2007, da Comissão de Análise de Propostas (Gabinete de Apoio às Freguesias), o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2702/2007 (05/03/2007):

- **Adjudicar a empreitada “Novo Cemitério de Souselas” à empresa Construções Armindo de Oliveira, Unipessoal, Lda., pelo valor de 135.563,17 €, acrescido de IVA, com um prazo de execução de 120 dias.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII - CENTRO HISTÓRICO

VIII.1. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição:

- a) **Prédio urbano sito na Rua da Louça, nºs 19 a 25 e Rua do Corvo, nºs 40 a 44**

Relativamente a este assunto e com base na informação nº 303, de 27/02/2007, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2703/2007 (05/03/2007):

- **Informar o requerente que o prédio urbano sito na Rua da Louça, nºs 19 a 25 e Rua do Corvo, nºs 40 a 44, freguesia de Santa Cruz, não está situado na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Coimbra e, de acordo com o parecer emitido pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), não está situado em zona de servidão administrativa do património cultural pelo que, em caso de transacção, o Município não goza do direito de preferência.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

b) Fração “B” – R/C dt. do prédio urbano sito na Rua Dr. João Jacinto, nºs 44 a 46

Relativamente a este assunto e com base na informação nº 259, de 21/02/2007, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2704/2007 (05/03/2007):

- **Não exercer o direito de preferência na aquisição da fracção “B” , correspondente ao rés-do-chão do prédio urbano sito na Rua Dr. João Jacinto, nºs 44 a 46, freguesia da Sé Nova, em Coimbra, pelo valor de 25.000,00 € (vinte cinco mil euros), nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima referida, devendo ser notificado o requerente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.2. Construção do Pavilhão Multifuncional e Balneário Anexo da Escola de Almedina – revisão de Preços

Para o assunto em epígrafe e com base na informação nº 150, de 14/02/2007, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2705/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar, nos termos do artigo 16º do Decreto Lei nº 348-A/86, de 16 de Outubro, a Revisão de Preços Provisória da obra “Construção do Pavilhão Multifuncional e Balneário Anexo da Escola de Almedina”, referente aos trabalhos contratuais e a mais da empreitada, no valor de 7.058,85 € acrescidos de IVA, num total de 7.411,79 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IX - PLANEAMENTO

IX.1. Mipavi – Sociedade Imobiliária de Construções e Urbanizações, Lda. – Planta Cadastral

Relativamente a este assunto e com base na informação nº 83, de 14/02/2007, da Divisão de Informação Geográfica e Solos, e parecer da Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, de 23/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2706/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a seguinte planta cadastral rectificada, em complemento da deliberação de 08/05/2006, na qual foi aprovada a alteração à licença de loteamento, bem como as áreas de cedência:**

- Planta Cadastral:

Prédio mãe inicial: Prédio rústico, com terra de sementeira, pinhal e mato, situado em Quinta da Mainça, com a área total de 39270 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº 3576/19791105 e inscrito na Matriz Predial Rústica com o artigo nº 2509, da Freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando de Norte e Nascente com herdeiros de José Pereira, Sul com estrada pública e outros, Poente com Vitorino Martins de Oliveira;

- Áreas de cedência:

Parcela de terreno, com a área de 8193 m², já destacada do descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra, sob o nº 3579/19791105 e do inscrito na Matriz Predial Rústica com o artigo nº 2509, da Freguesia de Santo António dos Olivais, já integrada no domínio público do Município de Coimbra, destinada ao alargamento da via pública, estacionamento e passeio, confrontando no seu todo de Norte e Nascente com herdeiros de José

Pereira e Mipavi – Sociedade Imobiliária de Construções e Urbanizações, Lda., Sul com estrada pública e Mipavi – Sociedade Imobiliária de Construções e Urbanizações, Lda. e outros, Poente com Vitorino Martins de Oliveira, domínio privado do Município de Coimbra e Mipavi – Sociedade Imobiliária de Construções e Urbanizações, Lda.; Parcela de terreno com a área de 5195 m², já destacada do descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra, sob o nº 3579/19791105 e do inscrito na Matriz Predial Rústica com o artigo nº 2509, da Freguesia de Santo António dos Olivais, já integrada no domínio privado do Município de Coimbra, confrontando no seu todo de Norte com herdeiros de José Pereira, Sul com Mipavi – Sociedade Imobiliária de Construções e Urbanizações, Lda., Nascente com domínio público do Município de Coimbra e Poente com Vitorino Martins de Oliveira.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

X.1. Júlio Manuel Simões dos Santos – Aditamento/Alterações – Carapinheira da Serra – S. Paulo de Frades – Regtº. 400/2007

O presente processo diz respeito à apresentação de aditamento à operação de loteamento (emparcelamento) no seguimento da audiência prévia sobre a proposta de indeferimento, tendo o Executivo deliberado, nos termos da informação nº 231, de 07/02/2007, da Divisão de Gestão Urbanística Norte, e parecer do Chefe da mesma Divisão, de 19/02/2007:

Deliberação nº 2707/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar o pedido de licenciamento/emparcelamento consubstanciado no projecto que instrui o registo nº 400/07, sob as condições consignadas nos pareceres emitidos e informação nº 231 da Divisão de Gestão Urbanística Norte;**
- **Notificar o requerente da necessidade do loteamento e a edificação darem cumprimento ao RGEU, Decreto-lei nº 64/90 e Decreto-lei nº 163/2006, bem como no sentido de, no prazo de um ano, requerer a emissão do alvará de loteamento.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.2. Ivone Clara Reis Gonçalves Santos – Licenciamento de projecto de arquitectura – Antuzede – Regtº. 103383/2006

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos por suscitar algumas questões.

A Sr.^a Vereadora **Fernanda Maçãs** questionou que, situando-se o pedido em causa numa zona agrícola, o mesmo possa subsumir-se no n.º 3 alínea b) do art. 52º do Regulamento do PDM. Com efeito, a mencionada norma fala em edificações de apoio habitacional do respectivo proprietário. Ora, no caso, não se trata de habitação de apoio mas sim de construção de uma habitação unifamiliar – um piso mais uma cave – com área bruta de construção considerável.

X.3. FFFF Cardoso – Empreendimentos Imobiliários, Lda. – Loteamento – Rocha Nova – S. Paulo de Frades – Regtºs. 27/2006/503451, 27/2006/29410, 27/2006/22673 e 27/2006/21527

Tendo sido requerida nova licença para conclusão das obras de urbanização do Loteamento nº 527, de 27/09/2004, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 224, de 06/02/2007, da Divisão de Gestão Urbanística Norte, e parecer do Chefe da mesma Divisão, de 19/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2708/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a renovação da licença de construção titulada pelo alvará nº 527, pelo prazo de 50 dias, sob as condições consignadas no referido alvará e nos termos do disposto no artigo 72º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.4. Carlos Rodrigues Lopes – Loteamento – Mina do Bordalo – Regtº. 503325/2006

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 370, de 22/02/2007, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana e parecer da Chefe da respectiva Divisão de 26/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2709/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a operação de loteamento a as obras de urbanização nos termos do parecer da Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana e com as condições expressas na informação nº 370, acima referenciada;**
- **Aprovar a planta cadastral, de acordo com a informação nº 655/06 da Divisão de Informação Geográfica e Solos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.5. Carlos Rodrigues Lopes – Loteamento – Mina do Bordalo – Regtº. 503324/2006

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 305, de 22/02/2007, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana e parecer da Chefe da respectiva Divisão de 26/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2710/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a operação de loteamento a as obras de urbanização nos termos do parecer da Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana e com as condições expressas na informação nº 305, acima referenciada;**
- **Aprovar a planta cadastral, de acordo com a informação nº 654/06 da Divisão de Informação Geográfica e Solos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.6. M.J. Silva & Filhos, Lda. – Loteamento e Emparcelamento – Rua do Moreno – Regtº. 18614/2006

Tendo sido detectado um erro no cálculo da taxa referente à presente operação de urbanística, o Executivo deliberou, com base na informação nº 383, de 01/03/2007, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 01/03/2007:

Deliberação nº 2711/2007 (05/03/2007):

- **Rectificar a deliberação nº 2561/07, de 05/02/2007, no que se refere ao ponto III 5 a) da informação nº 174, de 24/01/2007, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, que deverá passar a ter a seguinte redacção:**
“III-5 a) Parcela A: (1 x 0,1 x 709,05) = 70,90 € (setenta euros e noventa cêntimos).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.7. Enaga, Sociedade de Construções, Lda. – Loteamento – Rua do Açude – Mainça – Regtº. 618/2007

Para este assunto e de acordo com a informação nº 245, de 15/02/2007, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 26/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2712/2007 (05/03/2007):

- **Deferir a operação de loteamento, que consiste na criação de 3 lotes destinados à construção de moradias unifamiliares, com as condições expressas na informação nº 245, de 15/02/2007, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.8. Manuel Tomaz Cerveira, Lda. – Quinta de S. Jerónimo, Lt B, 19 – Santo António dos Olivais – Regtº. 01/571/2007

Relativamente a este assunto foi presente a informação nº 615, de 21/02/2007, da Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização, e parecer da Chefe da mesma Divisão de 24/02/2007, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 2713/2007 (05/03/2007):

- **Deferir a libertação da garantia bancária nº 0450000129288019, de 29/03/2005, da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 25.000,00 €, notificando-se a entidade bancária.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.9. Proparede – Loteamento do Loreto

Relativamente a este assunto e tendo sido deliberado, em reunião da Câmara Municipal de 15/12/2005, declarar a caducidade do alvará de loteamento, deliberação, entretanto, sujeita a audiência prévia, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 491, de 08/02/2007, da Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização e parecer da Chefe da mesma divisão, de 20/02/2007:

Deliberação nº 2714/2007 (05/03/2007):

- **Dar sequência à deliberação de câmara de 15/12/2005, com conhecimento ao requerente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI- OBRAS E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUNICIPAIS

XI.1. Junta de Freguesia de Cernache – colocação de sinalização

No sentido de melhorar as condições de circulação nos locais em análise a Junta de Freguesia de Cernache solicitou a colocação de sinalização vária, tendo o Executivo deliberado, nos termos da informação nº 24494, de 28/12/2006, da Divisão de Gestão da Circulação e Trânsito:

Deliberação nº 2715/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a colocação de sinalização vertical e horizontal proposta para Cernache, Casconha, Venda do Cego, Moita Santa, Casa Telhada, Loureiro, Caminho 1164 à entrada de Moita Santa e Feteira.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.2. Junta de Freguesia de S. João do Campo – alteração de trânsito – R. São Domingos e Rua dos Combatentes

Relativamente a este assunto e no sentido de solucionar o problema de acesso dos moradores às garagens na Rua São Domingos, em S. João do Campo, o Executivo deliberou, de acordo com a informação nº 5489, de 21/02/2007, da Divisão de Gestão de Circulação e Trânsito e parecer do Director Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, de 27/02/2007:

Deliberação nº 2716/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a inversão do sentido de circulação na Rua de São Domingos, passando a efectuar-se no sentido Rua Casal do Gaio / Rua Pinheiro Manso e a inversão do sentido de circulação na Rua dos Combatentes, passando a efectuar-se no sentido Rua Jaime Cortesão/Rua Casal do Gaio.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.3. Beneficiação e Ampliação da Escola do 1º CEB de Almalaguês – recepção provisória

Para este assunto e com base na informação nº 5898, de 28/02/2007, da Comissão Técnica de Vistoria (Divisão de Equipamentos e Edifícios) da empreitada “Beneficiação e Ampliação da Escola do 1º CEB de Almalaguês” e parecer do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, exarado em 20/02/2007, sobre a referida informação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2717/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar os trabalhos a menos no valor de 15.630,24 € (IVA incluído) e proceder à respectiva descabimentação;**
- **Aprovar o Auto de Recepção Provisória, bem como proceder à abertura de inquérito administrativo, nos termos dos artigos 223º a 225º do Decreto-lei nº 59/99, de 2 de Março;**
- **Proceder à aplicação da multa, nos termos do artigo 201 do Decreto Lei nº 59/99, de 2 de Março, por incumprimento do prazo contratualmente estabelecido, procedendo a uma redução de 50% do respectivo valor, por se considerar o mesmo excessivo, ascendo ao total de 8.255,04 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.4. Expedição Humanitária 2007 Coimbra / Bissau – Concerto de beneficência – apoio

Relativamente a este assunto e tendo sido solicitado pelo Departamento de Desporto Juventude e Lazer a cedência de um palco para o dia 28 de Fevereiro, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 5352, de 22/02/2007, do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais:

Deliberação nº 2718/2007 (05/03/2007):

- **Apoiar o concerto de beneficência “José Cid – Expedição Humanitária 2007 – Coimbra / Bissau”, através da cedência de um palco, estimando-se a operação de transporte, montagem e desmontagem do mesmo em 1.000 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.5. Obras nos Edifícios da Câmara Municipal de Coimbra – Beneficiação das instalações da Divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos – Ponto de situação

Relativamente a este assunto e uma vez que foi confirmada a situação de declaração de insolvência da firma adjudicatária, o Executivo deliberou, nos termos propostos na informação nº 5802, de 14/02/2007, da Divisão de Equipamentos e Edifícios e parecer do Director Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, exarado, sobre a referida informação, em 28/02/2007:

Deliberação nº 2719/2007 (05/03/2007):

- **Proceder em conformidade com o estabelecido no artigo 147º do Regime Jurídico das Empreitadas, a saber:**
 - Notificar o empreiteiro da intenção de rescisão do contrato pelo dono da obra, procedendo à audiência prévia, concedendo-lhe 10 dias para contestar as razões apresentadas, conforme estipulado no artigo 235º e de acordo com o artigo 140º;
 - Proceder à medição dos trabalhos e respectiva liquidação, nos termos dos artigos 217º a 222º;
 - Proceder à posse administrativa da obra nos termos do artigo 236º;
 - Assumir a prossecução dos trabalhos nos termos do artigo 237º.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X II- EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

XII.1. Plano Nacional de Leitura – proposta de adesão

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 48, de 28/02/2007, da Divisão de Educação e Ciência, e parecer do Director Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2720/2007 (05/03/2007):

- **Aderir ao Plano Nacional de Leitura, através da disponibilização de meios financeiros para as acções necessárias à implementação do Plano, designadamente a aquisição e distribuição de livros pelas escolas e jardins-de-infância, no montante estimado de 24.100 € até um período de 5 anos;**
- **Aprovar a minuta de protocolo de colaboração, a celebrar entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Plano Nacional de Leitura, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.2. Coimbra a Saber(A)Mar – 2007

A Divisão de Acção Social e Família, considerando o assinalável êxito obtido nos anos anteriores junto das crianças carenciadas do Município de Coimbra, vem propor, através da informação nº 92, de 19/02/2007, a realização do projecto “Coimbra a Saber(a)Mar”, entre 25 de Junho e 9 de Julho, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 2721/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar o Projecto “Coimbra a Saber(a)Mar 2007” no período compreendido entre 25 de Junho e 9 de Julho, atendendo a que se trata duma acção perspectivada no sentido de criar condições para a igualdade de oportunidades de crianças de todas as freguesias do município, reduzindo, assim, os factores de exclusão social;**
- **Aprovar a estimativa dos custos da acção, conforme se descreve:**
 - Transportes – 3.900,00 €;
 - Refeições – 2.500 €;
 - Entrada no Aquapark Teimoso – 416,88 €;
 - Seguros de Acidentes Pessoais – 421,80 €.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.3. Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e Todos por uma Sociedade Justa – 2007 – apoio

Para este assunto e nos termos da informação nº 93, de 15/02/2007, da Divisão de Acção Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2722/2007 (05/03/2007):

- **Autorizar que a Câmara Municipal de Coimbra seja parceira da estrutura da Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todas e Todos – Por uma Sociedade Justa – 2007, através das propostas apresentadas na informação acima referida, cujas iniciativas não apresentam custos para a Autarquia.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.4. Semana Nacional da Leitura – Feira do Livro no Agrupamento de Escolas da Pedrulha – apoio

A Escola do 1º CEB de Eiras solicitou o apoio na deslocação dos alunos, a fim de visitarem a Feira do Livro, que se irá realizar no Agrupamento de Escolas da Pedrulha, de 5 a 9 de Março, no âmbito da Semana Nacional de Leitura.

Assim, e nos termos da informação nº 57, de 01/03/2007, da Divisão de Educação e Ciência, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2723/2007 (05/03/2007):

- **Apoiar a deslocação dos alunos da Escola do 1º CEB de Eiras ao Agrupamento de Escolas da Pedrulha, a fim de visitarem a Feira do Livro, através da aquisição de 17 bilhetes pré-comprados, de 11 viagens cada, aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, no montante de 102,00 €, com IVA incluído.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.5. Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro – Núcleo Região do Centro – Festa de Natal 2007 – apoio

A Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, solicita a cedência de um autocarro, de 55 lugares, para se deslocarem a Lisboa no dia 15 de Dezembro, à Festa de Natal 2007, em virtude de ter feito idêntico pedido de 2006, que não pode ser atendido.

Face ao exposto, e de acordo com a informação nº 59, de 07/02/2007, da Divisão de Acção Social e Família, e parecer do Director Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, de 28/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2724/2007 (05/03/2007):

- **Autorizar a aquisição de um serviço de transporte, para o dia 15 de Dezembro de 2007, a fim da Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro se deslocar a Lisboa, à Festa de Natal de 2007, pelo valor estimado de 500 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIII- DESPORTO, JUVENTUDE E LAZER

XIII.1 19º Estágio Internacional de Judo da Associação Académica de Coimbra – Aditamento à Informação nº 311/06

Através da informação nº 311, de 26/07/2006, o Departamento de Desporto, Juventude e Lazer propôs apoio ao 19º Estágio Internacional de Judo da Associação Académica de Coimbra, através do pagamento de um jantar aos participantes e cedência de transporte, não tendo este último, no montante de 2.000 €, sido cabimentado, em virtude da rubrica não ter verba suficiente.

Assim, e uma vez que os serviços foram efectivamente prestados, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 15, de 10/01/2007, do Departamento de Desporto, Juventude e Lazer e despacho do Sr. Vereador Luís Providência, de 01/02/2007:

Deliberação nº 2725/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar o pagamento da despesa de 1.625,00 €, com IVA incluído, à Transdev Centro, resultante do transporte dos participantes no 19º Estágio Internacional de Judo da Associação Académica de Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.2. Olivais Futebol Clube e Lordemão Futebol Clube – apoio

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 76, de 16/02/2007, do Departamento de Desporto, Juventude e Lazer, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2726/2007 (05/03/2007):

- **Adjudicar o serviço de transporte aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, no dia 10 de Março ao Barreiro (Olivais Futebol Clube) e no dia 18 de Março à Figueira da Foz (Lordemão Futebol Clube), pelo valor de 520,21 €, com IVA incluído.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.3. Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição – isenção de taxas:

a) Lar de S. Martinho;

O Lar de São Martinho solicita a cedência o Complexo Olímpico de Piscinas Luís Lopes da Conceição, durante o ano lectivo em curso, bem como a isenção do pagamento de taxas, atendendo ao facto de ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social.

Após análise do processo, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 138, de 16/02/2007, do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, e despacho do Sr. Vereador Luís Providência, de 26/02/2007:

Deliberação nº 2727/2007 (05/03/2007):

- **Isentar o Lar de São Martinho do pagamento de taxas, no âmbito das actividades desportivas que pretende levar a efeito no Complexo Olímpico de Piscinas Luís Lopes da Conceição, durante o presente ano lectivo, porquanto se trata duma instituição de solidariedade social que prossegue no município actividades de interesse municipal, sendo que o solicitado envolve um custo mensal de 125,80 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

b) Clube Náutico Académico de Coimbra

O Clube Náutico Académico de Coimbra solicita a cedência do Complexo Olímpico de Piscinas Luís Lopes da Conceição, no próximo dia 10 de Março, com vista à realização dos ¼ de final da Taça de Portugal de Pólo Aquático, em virtude de ter conseguido o respectivo apuramento, bem como a isenção das taxas de utilização.

Assim, após análise do processo, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 139, de 16/02/2007, do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, e despacho do Sr. Vereador Luís Providência, de 26/02/2007:

Deliberação nº 2728/2007 (05/03/2007):

- **Isentar o Clube Náutico Académico de Coimbra do pagamento de taxas, no âmbito da realização do jogo dos ¼ de final da Taça de Portugal de Pólo Aquático, sendo que o solicitado envolve o custo de 189,28 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.4. Centro de Recrutamento de Coimbra – Isenção de taxas - Complexo Olímpico de Piscinas

O Centro de Recrutamento de Coimbra vai levar a cabo a prática de natação, em virtude de ser uma das modalidades desportivas a que tem dado alguma prioridade, pelo que solicita a cedência do Complexo Olímpico de Piscinas, às terças e quintas-feiras, entre as 9h15 e as 10h00, com isenção do pagamento das taxas de utilização.

Assim, após análise do processo, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 56, de 23/02/2007, do Complexo Olímpico de Piscinas e despacho do Sr. Vereador Luís Providência, de 27/02/2007:

Deliberação nº 2729/2007 (05/03/2007):

- **Isentar o Centro de Recrutamento de Coimbra do pagamento de taxas de utilização do Complexo Olímpico de Piscinas, sendo que o valor a pagar mensalmente seria de 57,76€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.5. Estádio Cidade de Coimbra – utilização da pista:

a) 2º Jardim-escola João de Deus;

A Associação de Jardins-escola João de Deus solicitou autorização para utilizar a Pista do Estádio Cidade de Coimbra, no próximo dia 19 de Março, com o objectivo de se associar à iniciativa da Organização Médicos do Mundo.

Assim, e de acordo com a informação nº 80, de 19/02/2007, do Departamento de Desporto, Juventude e Lazer e despacho do Sr. Vereador Luís Providência, de 26/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2730/2007 (05/03/2007):

- **Autorizar a utilização da Pista do Estádio Cidade de Coimbra, no próximo dia 19 de Março, pela Associação dos Jardins-Escola João de Deus, com a respectiva isenção de taxas, associando-se, desta forma, à corrida solidária com Moçambique, iniciativa dos Médicos do Mundo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

b) Estabelecimento Prisional de Coimbra

O Estabelecimento Prisional de Coimbra solicitou autorização para utilizar a Pista do Estádio Cidade de Coimbra, com o objectivo de preparar a respectiva equipa de futebol para um torneio que se irá realizar em Dijon-França.

Assim, e de acordo com a informação nº 74, de 19/02/2007, do Departamento de Desporto, Juventude e Lazer e despacho do Sr. Vereador Luís Providência, de 27/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2731/2007 (05/03/2007):

- **Autorizar a utilização da Pista do Estádio Cidade de Coimbra ao Estabelecimento Prisional de Coimbra, para os fins solicitados, com a respectiva isenção de taxas, em virtude de se tratar dum organismo do Estado.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.6. Campeonato Nacional de Futebol de Rua – Vencer em todos os campos – apoio

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 63, de 13/02/2007, da Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2732/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a realização do Campeonato Nacional de Futebol de Rua “Vencer em Todos os Campos”, nos dias 10 e 11 de Março do corrente ano na Praça da República, nos termos propostos na informação referenciada, sendo a despesa com esta acção no valor de 175,20 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.7 Automóvel Clube do Centro – Rali Rainha Santa – apoio

O Clube Automóvel do Centro solicitou o apoio da Autarquia, com vista à realização do Rally Rainha Santa, que terá lugar nos dias 2 e 3 de Junho do corrente ano, tendo o Executivo deliberado, nos termos da informação nº 66, de 27/02/2007, do Departamento de Desporto Juventude e Lazer:

Deliberação nº 2733/2007 (05/03/2007):

- **Apoiar o Clube Automóvel do Centro na organização do Rally Rainha Santa, através da atribuição dum subsídio no valor de 2.500,00€, verba que se destina ao pagamento de parte das despesas a efectuar com a organização do evento.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIV - AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

XIV.1. Jazigo nº 29 do talhão 12 da Câmara Municipal de Coimbra – proposta de aquisição

A requerente, fragilizada pela morte do filho de 29 anos, propõe-se adquirir o jazigo nº 29 do talhão 12, declarado prescrito a favor do município.

Assim, e uma vez que em recente hasta pública para concessão de jazigos, o interesse manifestado ficou aquém do esperado, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 14, de 15/01/2007, dos Serviços de Cemitério e parecer do Sr. Director Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, de 05/02/2007:

Deliberação nº 2734/2007 (05/03/2007):

- **Autorizar a venda do jazigo nº 29 do talhão 12 à requerente, pelo valor de 2.716,69 €, a que acrescem os encargos legais, nos termos da informação referenciada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura ausentou-se o Sr. Presidente, ficando a reunião a ser presidida pelo Sr. Vice-Presidente.

Neste momento, e por serem 17 horas, deu-se início ao Ponto XVIII – Período de Intervenção Aberto ao Público.

XVIII - (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

1. João José Alves Pinho Fabião

O munícipe colocou o seu problema, relacionado com a tipologia de habitação que lhe foi atribuída em 1998, quando o seu agregado familiar era constituído pela sua mãe e pelo seu filho. Há cerca de 4 /5 anos está sozinho e tem tentado que lhe seja atribuída uma casa mais pequena, mas a sua preferência vai para uma casa unifamiliar, não apartamento (ex. Bairro Celas/ Arregaça).

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** começou por explicar que o assunto está a ser estudado, mas entende que deve informar a Câmara Municipal que no Plano de Gestão do Parque Habitacional há regras que têm de ser respeitadas quanto à mobilidade e uma delas é o pagamento da renda estar em dia, o que no caso do Sr. Fabião nem sempre acontece, sendo que só há cerca de um ano é que entraram em acordo relativamente a essa questão. Por outro lado, convém, ainda, esclarecer que o Sr. Fabião quer uma habitação mais pequena mas não é simplesmente mudar de T3 para T1, o que realmente pretende é uma casa e não um apartamento, pretensão que, como se compreende, não é fácil de satisfazer. Disse, ainda, que quer o Bairro de Celas quer o Bairro da Arregaça estão em obras, pelo que não há habitações disponíveis, uma vez que as que vão ficando disponíveis vão servindo para realojar os moradores dessas habitações que são sujeitas a intervenções. De qualquer modo, e apesar de não haver bolsa de trocas, será feita a tentativa de colocar as pessoas onde melhor se sentem. Em conclusão, dentro das possibilidades será atendida a pretensão.

A Sra. **Vereadora Fátima Carvalho** valorizou a atitude do município por querer disponibilizar a sua habitação.

Nesta altura retomou os trabalhos o Sr. Presidente.

PONTO XV - HABITAÇÃO

XV.1. Prohabita – Aquisição dos Imóveis do Beco das Canivetas, nºs 1-3-5, Beco das Canivetas, nºs 4-6-8, Travessa das Canivetas 3-4 e Rua das Azeiteiras, 32-34 – correcção de preços

Na sequência da celebração do acordo de colaboração com INH que formalizou a adesão ao Programa Prohabita, bem como das alterações propostas que visam reduzir os encargos com o arrendamento, substituindo-o pela aquisição ou devolução de fogos devolutos, foi encetado o processo negocial com vista à aquisição de 4 imóveis sítos na Baixa de Coimbra, tendo o Executivo deliberado, nos termos da informação nº 5894, de 28/02/2007, do Departamento de Habitação:

Deliberação nº 2735/2007 (05/03/2007):

- **Adquirir a António Augusto Duarte Ralha, Maria Luísa Duarte Ralha Correia de Melo, Hugo Carlos Duarte Ralha Correia de Melo, Maria Emília Duarte Ralha, Rui de Andrade Duarte Ralha, Maria Gonzaga de Melo e Silva, Maria do Céu da Silva Duarte Ralha Garcia de Carvalho, Maria Lucília da Silva Duarte Ralha Picanço, Celestino da Cruz Picanço, Augusto Luís da Silva Duarte Ralha e Fernanda Clara da Silva Duarte Ralha Doroana Martins, os seguintes prédios pelos valores indicados:**
 - Beco das Canivetas, 1-3-5 – registado na CRPC com o nº 331/20041119 e inscrito na matriz com o nº 426, pelo valor de 28.500 €;
 - Beco das Canivetas, 4-8 – registado na CRPC com o nº 332/20041119 e inscrito na matriz com o nº 430, pelo valor de 10.000 €;
 - Travessa das Canivetas, 3-4 (ou Largo das Canivetas, 3 e 4) – registado na CRPC com o nº 333/20041119 e inscrito na matriz com o nº 433 pelo valor de 46.550 €;
 - Rua das Azeiteiras, 32-34 – registado na CRPC com o nº 330/20041119 e inscrito na matriz com o nº 411, pelo valor de 34.950 €.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.2. Venda de Habitação Municipal:

a) Bairro do Ingote – Bloco 21 – 1º Dt. – Mário Vaz;

Relativamente a este assunto, e uma vez verificado o cumprimento das condições de venda previamente aprovadas, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 5914, de 28/02/2007, do Departamento de Habitação:

Deliberação nº 2736/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a venda da habitação municipal correspondente à fracção D (1º andar Dtº) do Bloco 21 do Bairro do Ingote, ao Sr. Mário Vaz, arrendatário da referida habitação, pelo valor de 22.210,42 €, com recurso ao crédito bancário.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

b) Bairro do Ingote – Bloco 21 – 1º Esq. – Carlos Agostinho Cabral

Relativamente a este assunto, e uma vez verificado o cumprimento das condições de venda previamente aprovadas, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 5907, de 28/02/2007, do Departamento de Habitação:

Deliberação nº 2737/2007 (05/03/2007):

- **Aprovar a venda da habitação municipal correspondente à fracção C (1º andar Esq.) do Bloco 21 do Bairro do Ingote, ao Sr. Carlos Agostinho Cabral, arrendatário da referida habitação, pelo valor de 22.210,42 €, com recurso ao crédito bancário.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.3. RECRIA – Edifício na Rua Fernandes Tomás, nº 72-74

Para o assunto em epígrafe e com base na informação nº 5254, de 22/02/2007, da Divisão de Reabilitação de Edifícios, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2738/2007 (05/03/2007):

- **Revogar a deliberação nº 1797, de 17/07/2006;**
- **Autorizar a comparticipação de 108.370,35 €, a atribuir pela Autarquia, a fundo perdido, no âmbito do Programa RECRIA, para obras no edifício sito na Rua Fernandes Tomás, nº 72-74, quantia que fica condicionada à aprovação do I.N.H..**
- **Enviar o processo ao INH, com vista à obtenção da comparticipação atribuída por este organismo, conforme refere o n.º 2, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 329-C/2000.**
- **Deverá ficar da responsabilidade do requerente:**
 - A colocação, em obra, da placa tipo de comparticipação entre a Câmara Municipal de Coimbra e o I.N.H.;
 - A observação, em obra, das condições de licenciamento especificados no alvará de licença nº 51/06.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.4. Flowfest 2007 – organização do festival – apoio à CenterStage

Este assunto foi retirado da ordem do dia.

XV.5. Ordem de execução de obras de conservação – ratificação

Relativamente a este assunto, e após análise do processo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2739/2007 (05/03/2007):

- **Ratificar o despacho exarado no mês de Fevereiro de 2007 pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro ordenando a execução de obras pelo proprietário, ao abrigo do nº. 2 do art. 89º do DL 555/99, de 16.06, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/01 de 4 de Junho, do seguinte imóvel:**
 - 14/02/2007 – Rua do Cabido, 14.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.6. Vistoria no âmbito dos processos de reabilitação de edifícios – ratificação

Relativamente a este assunto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2740/2007 (05/03/2007):

- **Ratificar o despacho exarado no mês de Fevereiro de 2007 pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro de nomeação de Comissão de Vistoria, ao abrigo do nº. 1, do art. 90º do DL 555/99, de 16.12, para vistoria do seguinte imóvel:**
 - 14/02/2007 – Rua de Coimbra, 34.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.7. Processos para conhecimento

Sobre este assunto o Sr. Presidente deu conhecimento da listagem de processos do Departamento de Habitação despachados pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro, ao abrigo das competências delegadas e/ou subdelegadas durante o mês de Fevereiro de 2007, nos termos do nº 3 do art. 65º da Lei 169/99 de 18/09, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- Empreitada “Reparação das habitações sitas no Bairro da Rosa – Lote 3 – 2º, Dt. e Lote 5 – 2º Dt. – Ajuste Directo – 24.996,78 €, acrescido de IVA;
- Empreitada “Reparação da habitação sita no Bairro do Ingote – Bloco 11 – r/c Dt. – Ajuste Directo – 8.063,49 €, acrescido de IVA;
- Empreitada “Reparação da habitação sita no Bairro da Rosa – Lote 5 sub-cave Centro – Ajuste Directo – 10.845,53 €, acrescido de IVA.

Deliberação nº 2741/2007 (05/03/2007):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO XVI - CULTURA

XVI.1. Comemorações Miguel Torga – Concurso de ideias para monumento

Relativamente a este assunto foi presente a informação nº 178, de 27/02/2007, do Departamento de Cultura, na qual o Sr. Vereador Mário Nunes autorizou o pagamento de 13.000 € aos autores da proposta vencedora do concurso em causa, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 2742/2007 (05/03/2007):

- **Tomado conhecimento.**

XVI.2. Centro Popular dos Trabalhadores do Sobral de Ceira – apoio

Tendo sido convidado a estar presente, através dos Saltimbancos, no “Festival Cultural Anual”, que decorrerá em Fez, Marrocos, de 28 de Março a 7 de Abril, o Grupo de Teatro do Centro Popular de Trabalhadores de Sobral de Ceira, solicitou o apoio da Autarquia para esta deslocação, dado ser uma acção que envolve grandes encargos financeiros.

Assim, e nos termos da informação nº 142, de 15/02/2007, do Departamento de Cultura, e despacho do Sr. Vereador Mário Nunes, de 16/02/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2743/2007 (05/03/2007):

- **Atribuir um subsídio no valor de 800 € ao Centro Popular de Trabalhadores de Sobral de Ceira, como forma de apoio à deslocação do seu Grupo de Teatro a Fez, para participar no “Festival Cultural Anual”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XVII- ASSUNTOS DIVERSOS

XVII.1. AMI – Corrida e Marcha “Pontes da Amizade” – apoio

A Delegação Regional do Centro da AMI solicitou o apoio da Autarquia para a realização, no próximo dia 15 de Abril, de uma corrida pedestre denominada “Pontes da Amizade” e em simultâneo uma marcha, tendo o Executivo deliberado, nos termos da informação nº 7, de 07/02/2007, do Gabinete do Sr. Vereador Luís Providência:

Deliberação nº 2744/2007 (05/03/2007):

- **Apoiar a Delegação Regional do Centro da AMI na realização da corrida pedestre denominada “Pontes da Amizade”, nos termos propostos na informação nº 7 do Gabinete do Sr. Vereador Luís Providência.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVIII - (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Este assunto foi tratado a seguir ao ponto XIV.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir à ordem do dia, apreciar e votar os seguintes assuntos, não incluídos na mesma:

1. **Consulta Prévia nº 7/2007 – Cedência de transportes à Secção de Andebol da Associação Académica de Coimbra, União Desportiva e Recreativa de Cernache, Secção de Basquetebol da Associação Académica de Coimbra e Colégio da Imaculada Conceição**

No seguimento dos apoios aos Clubes e Associações desportivas do concelho, nomeadamente através da cedência de transportes, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 115, de 02/03/2007, do Departamento de Desporto, Juventude e Lazer:

Deliberação nº 2745/2007 (05/03/2007):

- **Adjudicar, conforme Consulta Prévia nº 7/2007 o seguinte serviço de transportes:**

- Rodoviária da Beira Litoral – dia 11 de Março a Fornos de Algodres (Secção Andebol da AAC); dias 2 e 5 de Abril ao Porto (União Desportiva e Recreativa de Cernache), no montante de 850 € com IVA incluído;
- Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – nos dias 25 e 31 de Março, 14 e 22 de Abril e 1 de Maio, para Tondela, Maia, Barreiro, Maia e Valença, respectivamente, (Secção de Basquetebol da AAC), no montante de 1,358,63 € com IVA incluído;
- Moisés Correia de Oliveira – dia 10 de Março, para Lagoa (Colégio da Imaculada Conceição), no montante de 1.200,00 €, com IVA incluído.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

2. Final Four da Taça de Portugal 2007 – Basquetebol Feminino

O Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Coimbra vai levar a efeito, nos dias 17 e 18 de Março do corrente ano, a organização, no Pavilhão Multidesportos, da Final Four da Taça de Portugal de Basquetebol Feminino 2006/2007, com a colaboração da Associação de Basquetebol de Coimbra e a Federação Portuguesa de Basquetebol.

Assim, e considerando que este é um evento desportivo da máxima relevância, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 43, de 26/02/2007, do Pavilhão Multidesportos:

Deliberação nº 2746/2007 (05/03/2007):

- **Adjudicar, por consulta prévia, ao abrigo do disposto no artigo 81º, do Decreto Lei 197/99, de 8 de Outubro, ao Hotel D. Luís 42 quartos duplos e 12 quartos tripos, no montante total de 2.686,80 € (IVA incluído) e 280 refeições, no montante de 3.548,00 € (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura ausentou-se da reunião o Sr. Vereador Victor Batista.

3. Vilões – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.

O Sr. **Vice-Presidente** iniciou a explicação do conteúdo das informações nº 711 e nº 737 (uma relativa à moradia, outra aos deslizamentos), e informou que em qualquer delas o que se propõe é proceder à audiência do interessado. Disse que os serviços têm vindo a acompanhar os trabalhos e informaram, relativamente à informação n.º 711, sobre três questões: o pedido de prorrogação do prazo do alvará de licença; caducidade da licença com o fundamento definido no art.71º; uma vez que os serviços detectaram a realização de trabalhos que vão para além dos determinados pelo Tribunal, propõem que seja transmitido ao Tribunal a presente informação. Relativamente à informação n.º 737, disse que aborda duas questões distintas: os trabalhos que foram notificados, por despacho conjunto seu e do Sr. Vereador Álvaro Seco, fazer (propõe-se, em relação a isto, que seja notificado o requerente no sentido de o alertar para a necessidade do cumprimento do que lhe foi transmitido, esclarecendo que trabalhos fora dos que foram determinados não podem deixar de ser embargados; relativamente à forma como os trabalhos estão a decorrer, notificar o requerente para a necessidade do cumprimento da calendarização que foi apresentada pelo próprio, uma vez que os trabalhos que estão em curso dão a entender a impossibilidade de cumprir esse calendário.

A Sr.^a Vereadora **Fernanda Maças** estranhou o facto de só agora a Câmara estar a propor a declaração de caducidade da licença, depois da obra estar embargada durante um ano. Tratando-se de um processo tão melindroso, esperava da Câmara decisão mais célere, pois poderia estar-se a correr o risco de alimentar expectativas ao promotor.

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** disse que desde 20/12/2006 até 5/03/2007 vai muito tempo porque o transtorno para as populações é grande, pelo que se deve agir o mais rápido possível. Isto é absolutamente inadmissível e, portanto, entende que a Câmara tem de agir rapidamente e que tem sido branda, uma vez que o problema público se mantém: a Câmara tem de agir com mais decisão e não com mais temor da delicadeza da questão.

A Sra. Vereadora **Fernanda Maças** disse que agir o mais rapidamente possível não é o que a Câmara Municipal de Coimbra se propõe fazer pois o que está proposto na informação não vai nesse sentido. A CMC não está a ser incisiva pois limita-se a propor comunicar ao promotor que se terá de restringir aos trabalhos que lhe foram comunicados através de ofício, esclarecendo que em caso de incumprimento será equacionado o embargo administrativo da obra. A Sra. Vereadora entendeu que se a informação vem no sentido claro do promotor estar a realizar obras não previstas na comunicação do Tribunal a CMC devia decretar o embargo imediato de tais obras.

O Sr. **Vice-presidente** esclareceu que o promotor solicitou ao Tribunal algo que não tinha solicitado nunca à Câmara Municipal de Coimbra: autorização para fazer alguns trabalhos de conservação do que estava construído antes da decisão final. O Tribunal, depois de uma visita ao local, tipificou e determinou que trabalhos podiam ser feitos, bem como os que não podiam ser feitos. Assim, está na decisão do Tribunal, de forma expressa, o que é que pode e o que é que não pode ser feito em matéria de conservação.

O Sr. **Presidente** leu o despacho aprovado anteriormente e que foi transmitido à Vilões – Investimentos Imobiliários e Turísticos Lda. em devido tempo: “Os trabalhos não autorizados na encosta da Av. Gouveia Monteiro realizados por Vossas Exas. Originaram uma situação de deslizamento de terras, com a consequente ofensa do interesse público, concretizada no perigo superveniente e na concreta supressão do tráfego automóvel no importantíssimo troço da Av. Gouveia Monteiro/circular interna que dá acesso aos hospitais da Universidade de Coimbra. O primeiro objectivo da Câmara Municipal de Coimbra é, portanto, o de restabelecer as condições de normalidade da circulação, que estão intimamente ligadas à urgente estabilização da encosta em causa. Para esse efeito, foram Vossas Exas. notificados para proceder a trabalho de desvio de águas pluviais, estabilização da encosta e garantia do isolamento de acesso a terceiros, tendo para tanto sido concedido o prazo de 30 dias. Subsequentemente, a Câmara Municipal de Coimbra notificou Vossas Exas. para, no prazo de 5 dias, apresentarem estudo, elementos técnicos e termo de responsabilidade pela execução dos trabalhos. No passado dia 7 de Fevereiro entregaram nesta Câmara Municipal um projecto cuja memória descritiva e justificativa refere, no seu objecto, justamente o estudo de drenagem e consolidação da encosta e que tem como autor o Sr. Eng.º Miguel Caramujo. A solução da consolidação da encosta consiste, de acordo com o estudo, na construção de uma estrutura constituída por muros de suporte de betão armado e plataformas também em betão armado, ancoradas ao maciço rochoso. A drenagem da encosta, por seu turno, será feita através da implantação de caleiras de fundo e cristas de talude que, pontualmente, descarregam para o colector que ligará directamente ao sistema de drenagem de águas pluviais da circular, de acordo com o projecto aprovado pela Águas de Coimbra. É em relação a estas propostas técnicas que a CMC se deve, neste momento, pronunciar, devendo restante conteúdo do projecto, que não é absolutamente necessário aos objectivos a prosseguir, ser objecto de apreciação em tempo próprio”. Neste sentido, e em resposta ao Sr. Vereador Álvaro Seco, o Sr. Presidente afirmou que foram concretizadas muito claramente quais as obras que a Câmara Municipal de Coimbra tinha deliberado mandar fazer e o prazo de execução das mesmas. O que se constata, nesta altura, é que há um conjunto de obras que não têm nada a ver com isto, que estão a ser feitas ao abrigo destas obras e em relação às quais nós não podemos nem devemos pronunciar-nos, conforme dissemos ao proprietário. Não se pode estar a aproveitar uma intervenção decretada pela Câmara para restabelecer uma ofensa que foi feita ao interesse público para fazer outro conjunto de obras que estão para além dela. E, portanto, estas duas informações (n.º 711 e 737) o que querem dar corpo é à posição da Câmara, mais uma vez expressa, porque senão qualquer dia olhamos para a encosta e o que lá está é aquilo que o proprietário quer fazer e não aquilo que a Câmara mandou fazer para reposição daquilo que foi ofensa ao interesse público.

O Sr. **Presidente** acrescentou que das duas uma: constatando-se que há obras que estão a ser feitas em desrespeito pela deliberação da Câmara que lhe foi (ao promotor) de boa fé comunicada para tentar resolver o assunto o mais rapidamente possível, dando-lhe a possibilidade de realizar as obras que repõem a situação de violação do interesse público, ou o promotor faz outra coisa. Se quer fazer outras coisas, então essas outras coisas evidentemente que têm de ser embargadas imediatamente. É uma posição de força mas que entende ser justa. Assim, convidou então a Sra. Vereadora a corrigir a deliberação no sentido proposto, o que esta declinou dizendo que o Sr. Vice-presidente tinha a competência e prática necessárias para redigir uma deliberação a decretar o embargo.

O Sr. Vereador **Pina Prata** declarou, relativamente a este assunto, o que passamos a transcrever: “eu remetia para a acta, perdão, para o despacho do Vereador João Rebelo de 22/01/2007, onde diz que no ponto 3 a Câmara Municipal determinar as medições e correcções indicadas no ponto. Está aqui dito, ao abrigo do art. 106 do REGEU”.

O Sr. **Presidente** disse que o melhor era a Sra. Vereadora (Fernanda Maças) e o Sr. Vice-presidente (João Rebelo) aliarem o saber jurídico e o saber do ponto de vista da engenharia para se obter uma cabal correcção da deliberação.

O Sr. Vereador **Álvaro Seco** alertou para a necessidade de se averiguar se algumas das obras não teriam sido feitas por causa da drenagem das águas pluviais e da estabilização dos terrenos. Em seu entender, era necessário que os técnicos vissem bem se algumas das ditas obras feitas para além do permitido não teriam justificação nessas razões, podendo correr-se o risco de se comprometer todo o processo.

O Sr. Vereador **Pina Prata** acrescentou o que passamos a transcrever: “eu, nestas coisas, temos que ser práticos e objectivos: se fosse um promotor, qualquer que ele seja, neste município, a Câmara já tinha actuado e intervido naquela obra, foi o que eu disse na última sessão. E, portanto, isto é uma acção que não pode haver aqui, com deliberações em contínuo, a Câmara tem que intervir. A Câmara tem que chegar lá e parar aquilo, senão está a ser construído constantemente. Ainda hoje lá passei e os muros estão a ser feitos com blocos de granito de toneladas. A reposição da

legalidade tem de ser feita. E a Câmara, uma entidade como esta, tem que chegar e dizer basta e actuar. E pôr lá as máquinas do DOGIEM e tirar aquilo.”

O Sr. **Vice-presidente** respondeu que há dois actos na Administração completamente distintos: um é a remoção, outro é o embargo. O que está aqui proposto é que seja determinado o embargo, que é o que, em seu entender, neste momento se pode decidir.

Neste sentido, a Sra. Vereadora **Fernanda Maçãs** ditou para a acta que a votação dos Srs. Vereadores do Partido Socialista seria feita com a seguinte reserva: “Vota-se a deliberação do embargo imediato no pressuposto de que tais obras são absolutamente estranhas ao processo de drenagem de águas pluviais e à estabilização dos terrenos”.

Relativamente a este assunto, concluiu-se que o promotor está a executar trabalhos não contemplados no projecto deferido e está a executar acabamentos não contemplados na sentença do tribunal.

Assim, e nos termos da informação nº 711, de 28/02/2007, da Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2747/2007 (05/03/2007):

- **Proceder à audiência do interessado, prevista nos artigos 100º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, relativamente ao seguinte projecto de decisão:**
 - Rejeitar o pedido de prorrogação do prazo do alvará de licença com fundamento no definido no artigo 11º do Decreto-lei 555/99, com a redacção dada pelo Decreto-lei 177/2001, de 04/06 (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação);
 - Declarar a caducidade da licença com fundamento no definido na alínea d) do nº 3 do artigo 71º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação;
- **Comunicar ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra que estão a ser executados trabalhos de acabamentos que não atendem ao autorizado, remetendo-se cópia da informação nº 673, de 26/02/2007.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

4. Vilões – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda. – Regtº. 01/2007/2483

Na sequência da acção de fiscalização efectuada em 05/03/2007, foi elaborada a informação nº 737, de 05/03/2007, pela Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização, nos termos da qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2748/2007 (05/03/2007):

- **Embargar, de imediato, todos os trabalhos, designadamente os descritos nos pontos 2.1.1.1., 2.1.1.2. e 2.1.2.1. da informação referenciada, que não se incluem no conjunto definido nos termos do despacho anteriormente citado.**
- **Alertar para a necessidade do cumprimento da calendarização apresentada para desobstrução da Av. Gouveia Monteiro.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Antes de encerrar os trabalhos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art. 69 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o **Sr. Presidente** deu conhecimento aos Srs. Vereadores da listagem dos processos tramitados sob a égide do Departamento Municipal de Administração do Território, ao abrigo das competências por si delegadas no Sr. Vereador João Rebelo e por este subdelegadas no âmbito da referida estrutura orgânica, que ficam arquivados em anexo à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, e assim distribuídos:

No período de 15 a 19 de Janeiro de 2007:

Vice-Presidente, Eng.º João Rebelo:

1 Despacho de deferimento

Director Municipal de Administração do Território:

57 Despachos de deferimento;

1 Despacho de indeferimento;

1 Despacho para vistoria

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

- 3 Despachos de deferimento;
- 2 Despachos para certificar;
- 1 Despacho de notificação do requerente;
- 1 Despacho de rejeição liminar

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização

- 63 Despachos de notificação;
- 15 Despachos de arquivamento;
- 2 Despachos solicitando parecer

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 8 Despachos de notificação do requerente;
- 3 Despachos de deferimento – comunicar ao requerente;
- 7 Despachos de notificação ao abrigo do CPA;
- 2 Despachos de “carimbar processos”

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

- 8 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços;
- 3 Despachos de notificação;
- 4 Despachos para notificação ao abrigo do CPA;
- 3 Despachos solicitando parecer às entidades;
- 4 Despachos de arquivamento

No período de 22 a 26 de Janeiro**Vice-Presidente, Eng.º João Rebelo:**

- 37 Despachos de deferimento;
- 2 Despachos de indeferimento;
- 4 Despachos de notificação;
- 1 Despacho de embargo;
- 3 Despachos de informar o requerente;
- 3 Despachos de comunicar ao requerente deliberação de reunião de câmara;
- 1 Despacho de parecer favorável;
- 1 Despacho de remeter processo à Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização para vistoria

Director Municipal de Administração do Território:

- 36 Despachos de deferimento;
- 1 Despacho de indeferimento;
- 2 Despachos para vistoria;
- 2 Despachos de notificação;
- 1 Despacho de arquivamento

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

- 2 Despachos de deferimento;
- 1 Despacho para certificar;
- 12 Despachos de notificação do requerente;
- 1 Despacho de arquivamento

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização

- 44 Despachos de notificação;
- 11 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 25 Despachos de notificação do requerente;
- 10 Despachos de deferimento – comunicar ao requerente;
- 5 Despachos de notificação ao abrigo do CPA;
- 4 Despachos para informar pela Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização;
- 1 Despacho solicitando parecer jurídico ao GJC;

6 Despachos de “carimbar processos”

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

7 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços;
18 Despachos de notificação;
15 Despachos de notificação ao abrigo do CPA;
2 Despachos solicitando parecer às entidades;
1 Despacho remetendo o processo ao Serviço de Fiscalização Geral;
4 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

8 Despachos de notificação;
3 Despachos de notificação ao abrigo do CPA;
2 Despachos solicitando parecer às entidades.

Período de 29 de Janeiro a 2 de Fevereiro

Vice-Presidente Eng.º João Rebelo

65 Despachos de deferimento;
3 Despachos de indeferimento;
15 Despachos de notificação;
3 Despachos de embargo;
1 Despacho de promover vistoria;
1 Despacho ordenando informar o requerente das informações técnicas e pareceres dos serviços;
1 Despacho de informar o requerente;
2 Despachos solicitando parecer

Director Municipal de Administração do Território

37 Despachos de deferimento;
10 Despachos de indeferimento
5 Despachos para vistoria
1 Despacho de notificação

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

2 Despachos para certificar

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização

3 Despachos de deferimento;
2 Despachos para certificar;
1 Despacho de notificação do requerente;
1 Despacho de rejeição liminar

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização

106 Despachos de notificação;
20 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

31 Despachos de notificação do requerente;
5 Despachos de deferimento – comunicar ao requerente;
16 Despachos de notificação ao abrigo do CPA;
1 Despachos para informar pela Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização;
1 Despacho solicitando parecer à DEP;
4 Despachos de “carimbar processos”

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

10 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços;
4 Despachos de notificação;
6 Despachos para notificação ao abrigo do CPA;
1 Despacho de notificação pessoal;
3 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

- 18 Despachos de notificação;
- 20 Despachos de notificação ao abrigo do CPA;
- 7 Despachos solicitando parecer às entidades;
- 2 Despachos de arquivamento



E sendo dezanove horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que foi aprovada na reunião do dia 19/03/2007 e assinada pelo Sr. **Presidente** e por Arménio Ferreira Bernardes, Director Municipal de Administração e Finanças.
